

ta médica, para o exercicio da ocupação declarada, não tendo sido verificada nenhuma doença infecto-contagiosa.

A autoridade sanitária em suas visitas poderá exigir a apresenta-

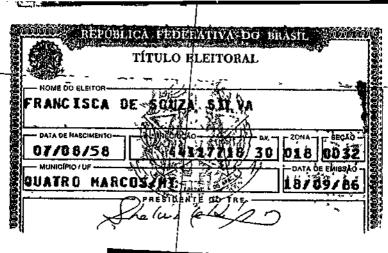
O portadol desta carteira, foi considerado únto sob ponto de vis-

cão desta carieira a qual deverá permanerer no estabelecimento.

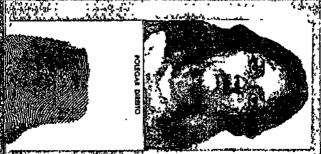
Atrecateira desciner recentidos aqual mismo máximo até 10
dias após o vencimento data de revalidade da mesma.

· A··

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL POLEGAR DIREITO



CEDULA DE IDENTIDADE



Mancisco de Souse Sino

CAMIDA EN TODO TO HERRICORIO NACIONADO

...

TERRITORIO PEDER Na Carbatti, frait



ENVIADO POR

Comunicação Interna

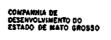
•		
DE	DIAF	DATA 30/03/90
PARA	D RH	N.º DA C.I. 42/90
ASSUNTO	Autorização (faz)	
	Senhor Chefe.	
	Com a presente, autorizo a V.Sa., a proceder a	contratação
das p	essoas abaixo relacionadas, a partir de 16/03/9	0.
}	WILSON CESAR PEREIRA SEGOVIA - Nível 16 - Ag.	Adm.C
ļ	FRANKLIN MANOEL DE ARRUDA CASTRO - Nível 16 -	Ag. Adm∠
}	JOSE MARIA DAMACENO LEITE - Nível 14 - Motoris	ta、
Ì	JUSSARA SANTIAGO FIGUEIRA - GEOG TS-02 🤅	
ļ	MANOEL JULIO PEDROSO NETO - Nível 16 - Ag. Adm	•
	ODETE DEHU JOÃO - Nível 17 - Ag. Adm. E	
1	FRANCISCA DE SOUZA E SILVA - Nível 15 - Ag. Ad	m.C
	MARLENE FEUEHARMEL - Nível 17 - Ag. Adm. C	
	SALVADOR GONÇALVES SARAPIÃO - Nível 16 - Ag. A	dm↓
1		

DESTINADO À

cont....

RECEBIDA EM







	. ·	Comunicação Interna	· 	
DE	DIAF		DATA 30/	03/90
PARA	D RH		N.º DA C.I.	42/90
ASSUNT	o continu	ação: -	<u> </u>	<u> </u>
		ANA ALICE DE OLIVEIRA - NÍVEL 15 SEBASTIÃO FERREIRA FILHO- NÍVEL 1 LUCIANA DALL'AGNOL - NÍVEL 17 - A MARCELO T. MACHADO - NÍVEL 16 - A ANDREIA R. PIOVEZAN - NÍVEL 16 - ROZILMA MARIA RAMOS DOS ANJOS - N JOSE DOMINGOS DE FRANÇA - NÍVEL 1	5 - Ag. Adm. g. Adm. g. Adm. Ag. Adm. ivel 17 - Ag. 4 - Ag. Adm.	Adm <i>L</i> MOTORI
		Atenciosamente.		
		Joe Blog Dierok		

ENVIADO POR Joe Moacie Witczac

DESTINADO À Francisco A.S.Lopes

RECEBIDA EM

Aviso Prévio do Empregador para o Empregado

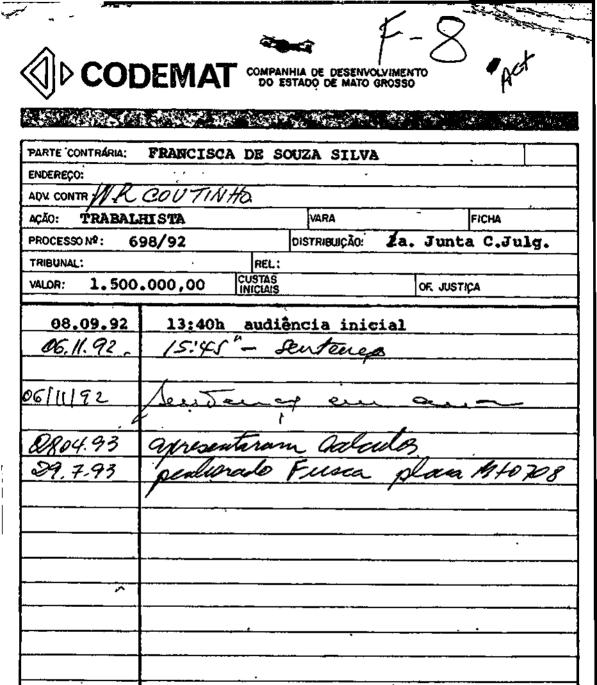
Sr.(a): FRANCISCA DE SOUZA E SILVA
Pelo presente notificamos que a 30 dias da data da entrega deste não mais serão utilizados os seus serviços pela nossa Empresa, e por isso vimos avisá-lo(a), nos termos e os efeitos do disposto no item 11 - Cap. VI - Título IV, do Decreto-Lei n.º 5452, de 1.º de Maio de 1943 da CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. Pedimos a devolução da presente com o seu "Ciente".
CIENTE:
Atenciosamente
Dete Dinhero da Silva ASSINATORA DO EMPREGADOR EMPREGADO ODEMAT OD

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL, QUANDO MENOR

Aviso Prévio do Empregador para o Empregado

Sr.(a): FRANCISCA DE SOUZA E SILVA	,
Pelo presente notificamos que a 30 dia	s da data da entrega deste não mais
serão utilizados os seus serviços pela nossa Empresa, e por isso vimo	s avisá-lo(a), nos termos e os efeitos
do disposto no item 11 - Cap. VI - Título IV, do Decreto-Lei n.º 54	
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS.	•
Pedimos a devolução da presente com o seu "Cie	ente".
CIENTE: 18 / 06 / 91	•
	Atenciosamente
Iraniciaca de Sousa Silva	Odete Pinhero da Silvo ASSINATURA DE EMPREGADOR

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL, QUANDO MENOR



CPA CENTRO POLITICO ADMINISTRATIVO PALACIO PAIAGUAS





Registro de Empregado

			N.º de Ordem	2.590	
	Nome do En	pregado: FRANCIS	CA DE SOUZA SILVA		
			Telefone:		
	Côr Cabelo Barba Bigode Olhos Altura Peso	Idade 31 anos, Date do nascimento S.J. Estado Civil CASAL Pai CICERO Mãe MARIA	ta de Nascimento 07 00 OSÉ DO EGITO- PE OA Nacionalidade B O O DE SOUZA Nac L.B.DE SOUZA Nac	8 / 58 lugar RAS.	
No da Cart Prof	89687 _{Série} 199	Carteira de Trabalho	QUANDO ESTRAN	GEIRO	
	Serie	de Menor	-		
	osentadoria	N° Série	Nº da Cart,Nº do Reg. Geral Casado com brasileira?		
		***************************************	Nome do conjuge		
Categoria		de Aposent.	Tem filhos brasileiros?qtos?		
Motori	Habil. Nº		Data da chegada ao Bras Naturalizado? De	· -	
Data da Admissão a Remuneração 19.	o Serviço <u>16.03.9</u> 457.33	0	Cargo que ocupa AGENTE	ADMIN. N-15	
Forma de Pagament	to MENSAL	***************************************		******************************	
Horário de Trabalho	o: das 8 às	18 com intervalo	de 2 hs. para refe	ição e descanso	
Data e assinatura de	o empregado na ocasiã	o da admissão 16	de MARÇO	de 19 90	
	V	e Douga Tilvo			
Data da Dispensa		U			
Recebi os seguintes	documentos que me	pertencem 27 de fembre Silver	O de 1991	Jogar Direite	



Nº PROTOCOLO :__1.314/92

Nº PROCESSO : _ 1.211/92

DATA, 28 , 04 · , 92

INTERESSADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10º REGIÃO

ASSUNTO _

ENCAMINHA NOTIFICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 2.649/92 EM NOME DE FRANCISCA DE SOUZA SILVA, REFERENZE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO ?~



PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO

1º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ/MT

OF. Nº 1º JCJ 350/95

Em, 03 de maio de 1995

Do: DIRETOR DE SECRETARIA DA 1º DE JCJ DE CUIABÁ

Ao: DIRETOR DA CIA DE DESENV. DO EST. DE MT - CODEMAT

Assunto: INFORMAÇÃO

Processo Nº 698/92 - 1º JCJ de Cuiabá/MT Exequente: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Executado: CIA DE DESENV. DO EST. DE MT - CODEMAT

Senhor Diretor,

De ordem do MM. Juiz do Trabalho Presidente desta 1º JCJ de Cuiabá/MT, em despacho exarado às fls. 147 dos autos do processo em epígrafe, informamos à V. Sº. a liberação da penhora, bem como a liberação do Sr. Carlos Augusto de Arruda Gomes do encargo de Fiel Depositário do bem cuja cópia do auto de penhora segue em anexo.

Atenciosamente,

José Afondo Campolina de Oliveira

Diretor de Secretaria



. PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO

	_	ınta de Conc Justiça D	O TRA	BALHO	
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE_		<u>Miranda Reis</u>	<u>. 441</u>	1	
NDEREÇO:		78010-080		Gulabá	- M)
ot. INT. № :9023 ., 94 _{EM} 14 .	11 94	-			
PROCESSO № 698 / 92	25				
RECTE.: FRANCISCA DE SOUZA SILVA	20]
CODEMAG					
Pala presente fica V So. No. No. Add Pd.				(a) 6m/a)	
Pela presente, fica V. Sa. <u>Notific</u> (s) item(s) 09 e 13 abaixo:	3800	- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	That is of	s) um(s))	orevisto(s)
) - Comparecer à audiência para o diade			_de		às
horas e					
) - Prestar depoimento pessoal, no dia e hora acima, sob pena	-) .		<u> </u>	~
) - Prestar depoimento, como testemunha, no dia e hora acima					
) - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa.					
) - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.					
) - Contra-arrazoar recurso do(a)					
) - impugnar Embargos à Execução.					
) - Contestar os Embargos de Terceiros autuados sob nº	1				
) - Recolher as(os) custas em 05 dias ,no valor o		4.08 em	31.	LO.94	
) - Prestar, como perito, o compromisso legal em			_) dias.
) - Prestar como assistente, o compromisso legal em) dias.) dias.
	nda V.Ga n	uutia autto	eniai si	ia defess	1
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua					
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82	1 e 845 da (C.L.T.), deven			•
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 lependentemente do comparecimento de seu representante, send	1 e 845 da (o-lhe facultad	C.L.T.), deven do designar p	reposto	, na form	a prevista
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua	1 e 845 da (o-lhe facultad	C.L.T.), deven do designar p	reposto	, na form	a prevista
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 lependentemente do comparecimento de seu representante, send	1 e 845 da (o-lhe facultad	C.L.T.), deven do designar p	reposto	, na form	a prevista
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 dependentemente do comparecimento de seu representante, send parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimente delia e confissão quanto a matéria de fato,.) - Desp. de fls. 131. Vistos, etc. In-	1 e 845 da (o-lhe facultad nto de V. Sa time-se	C.L.T.), deven do designar p a. importará i a. exect	reposto na aplic 18ada	, na form ação da 3. ao j	a prevista pena de pagamer
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 dependentemente do comparecimento de seu representante, send parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimente delia e confissão quanto a matéria de fato,.) Desp. de fls. 131. Vistos, etc. In- s custas, em 05 dias, pena de execução	1 e 845 da 0 o-lhe facultad nto de V. Sa time-se	C.L.T.), dever do designar p a. importará i a exect ainda, s	reposto na aplic 1820:	, na form ação da a ao j aprova	a prevista pena de pagamer ar nos
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 dependentemente do comparecimento de seu representante, send parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimente delia e confissão quanto a matéria de fato,.) - Desp. de fls. 131. Vistos, etc. In-	1 e 845 da 0 o-lhe facultad nto de V. Sa time-se	C.L.T.), dever do designar p a. importará i a exect ainda, s	reposto na aplic 1820:	, na form ação da a ao j aprova	a prevista pena de pagamer ar nos
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 dependentemente do comparecimento de seu representante, send parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimente delia e confissão quanto a matéria de fato,.) Desp. de fls. 131. Vistos, etc. In- s custas, em 05 dias, pena de execução	1 e 845 da 0 o-lhe facultad nto de V. Sa time-se	C.L.T.), dever do designar p a. importará i a exect ainda, s	reposto na aplic 1820:	, na form ação da a ao j aprova	a prevista pena de pagamer ar nos
) - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora acima, qua t 846 da C.L.T.), com provas as que julgar necessárias (Arts. 82 dependentemente do comparecimento de seu representante, send parágrafo 1º do artigo 843 consolidado. O não comparecimente delia e confissão quanto a matéria de fato,.) Desp. de fls. 131. Vistos, etc. In- s custas, em 05 dias, pena de execução	1 e 845 da 0 o-lhe facultad nto de V. Sa time-se	C.L.T.), dever do designar p a. importará i a exect ainda, s	reposto na aplic 1820:	, na form ação da a ao j aprova	a prevista pena de pagamer ar nos

21.11

not... 9023/94

proc. 698/92

CONTRATO ECT/OR/MT

X

TRY 65° R. - B" 1828/96

CODEMAT

Centro Pol. e Administrativo - CPA

JT - 2012 -2

CUIABÁ MT

CERTIFICO que o presente expediente foi encaminhado ap destinatérior via postal, em

Luiz arios dos S. Ferreira

EXČELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª. JUNTA DE - CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ- MT -

Proc. nº- 698/92

FRANCISCA DE SOUZA SILVA - reclamante- e COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO BROSSO - CODEMAT - reclamada-, nos autos do Proc. n^2 698/92 de reclamatória reclamatória que a primetra move contra a segunda, por sí e trabalhista por seus advogados "in fine" assinados, vêm dizer a Vossa Excelência que, por definitivo, as partes se compuseram no sentido de liquidar o objeto do processo, em consequência do que Reclamada, COM CUSTAS PROCESSUAIS AO SEU CARGO, se propõe a pagar e a Reclamante aceita em dela receber a título de verbas salariais a quantia de R\$ 2.102,18 (dois mil, cento e reais e dezoito centavos) e a título de verbas indenitárias 2.102,18 (dois mil, cento e dois reais e dezoito centavos nove reais setenta e seis centavos), TOTALIZANDO a quantia de R\$4.204,36 (quatro mil, duzentos e quatro reais trinta e seis centavos), importância da qual da qual serão deduzidos R\$ 306.60 relativamente ao IRRF, e R\$ 56,94 a título de INSS

Para quitação do "QUANTUM LIQUIDO" do acordo, a Reclamada requer que, do dinheiro que lhe foi penhorado e que encontra-se depositado em conta bancária à disposic,ão do Jui'zo conforme consta dos AUTOS DE PENHORA E AVALIAÇÃO de fls., seja expedido ALVARÁ JUDICIAL em favor da Reclamante na quantia de R\$ 3.845,82 (três mil, pitocentos e quarenta reais e pitenta e dois centavos), BEN CONO, ALVARÁ JUDICIAL em nome da Reclamada, para que levante o SALDO do dinheiro penhorado que remascer nas contas banzárias objeto do deposito de dinheiro à disposição do Juizo.

R. Galdino Pimentel nº 14, 12º and , conj. 121/24 (Ed.Palácio do Comércio)-CUIABA-MT- PBX 865-322-4919 -FAX 865-322-4919-(pag. 1)

Nesses termos, assim que recebido o ALVARA JUDICIAL e levantado o dinheiro das contas de deposito supras, a Reclamante outorgará a Reclamada a mais ampla, geral e irrestrita quitação do valor recebido, do objeto da reclamatória e do contrato de trabalho, transacionando todos os demais direitos decorrentes da relação de emprego já extinta, para nada mais reclamar, seja a que título for, nos expressos termos do arts. 1025 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

Assim, por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente acordo para que produza seus junídicos efeitos, requerendo, a isenção das custas processuais, a homologação do acordo e finalmente a extinção do processo e consequente arquivamento dos autos, sobre o qual porão perpétuo silêncio.

E assim como pedem e esperam
DEFERIMENTO.

CUIABÁ, 18 de outubro de 1994

Reclamante

pp.

Walter Roseiro Coutinho OAB/MT 3064/A

Reclamada

-- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT -

PP-

Dr. OTHON JAIR DE BARROS DABINT 4/328



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 10º REGIÃO



Protocolo Nº 1.310
i'rucesco Nº 1.211

EMARKE &O:"	TA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABA/M AV RUBENS DE MENDONÇA Nº 491	Service
NOT. INT. Nº	2.649 / 92 FM 27 / abril	99بياً /
	PROCESSO Nº 698/92 /	··· ·
	RECTE.: FRANCISCA DE SOUZA SILVA	
	RECDO.: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO	DE MA
	GROSSO-CODEMAT	
Pela	presente, fico V.S ² . NOTIFICADA para o(s)	fim (ns)
	item(ns) O1.02.12 e 13 aboii	
Oi - Comparecer	à oudiência designada para o dia 08 de setembro de 3	L.992
treze	horos e <u>quarenta</u> minut	0\$.
	pimento pessoal, no dia e hora acima, sab pena de confissão.	•
	zimento, como testemunha, no dia e hora acima.	
04 - Tamar ciênc	cio da decisão constante da cópia anexa.	
05 - Tomar ciênc	cia do despacho constante do cópia anexa.	•
	toar recurso do(a)	
07 - Impugnar Em	nbargos à Execução.	
08 - Contestor os	Embargos de Tercelro autuados sob a Nº	
	(os) no valor de Cr\$	
10 - Prestar, com	no Perito, o compromisso legal, em () d	iae .
	o Assistente, a compromisso legal, em()	dios.
11 - Prestar comp		
11 - Prestor como 12 - Comparecer d 12 - Comparecer d 12 - Comparecer d 12 - Comparecer d 12 - Prestor como 13 - Prestor como 14 - Prestor como 15 - Prestor como 15 - Prestor como 16 - Prestor como 16 - Prestor como 17 - Prestor como 17 - Prestor como 18 - Prestor	à audiência inaugural, no dia e hora acima, quando V. 52, poderá apresenta C.L.T.), com as provas que juigar necessárias (arts. 821 e 845 da C.L.T.) las presente, independentemente do comparecimento de seu representante, ser preposto, na forma prevista no parágrato 12 do artigo 843 consolidades V. 59, importará na aplicação da pena de revella e confissão quanto a m	tar sua d .), de ndo-the t o. O noo

2.649/92

698/92

FAVOR TRAZER CONTESTAÇÃO POR ESCRITO. COMPARECER À AUDIÊNCIA, ACOMPANHADO QE ADVOGADO - ART. 133 DA C. F.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT

BLOCO GPC-CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO

CULABÁ

MT

CERTIFICO que a presente ax pediente foi encaminado destinatário, via por em 27/04/92 2º teira Diretor de Sepresaria Moria Historia de municipal de

TRT 1.1.1355

a : 08 <u>- 9 - 9</u>



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÃ-MT.

FRANCISCA DE SOUZA SILVA, brasileira, casado, agente administrativo, residente e domiciliada nesta Capital, onde reside na avenida dos Trabalhadores, Residencial São Carlos, bloco 27, apto. 404, doravante denominada "Reclamante", por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel nº 14, 12º andar, Conj. 121/124 (Edifício Palácio do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39. do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiro, arrimado ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vem, a presença de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATORIA TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros da Administração Indireta do Estado, doravante denominada RECLAMADA, que deverá ser notificada na pessoa de seu representante legal em sua sede social localizada no BLOCO G.P.C., Centro Político e Administrativo - CPA -, Palácio Paiaguás, nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante articuladas #

5 50



DOS FATOS

1

ŧ

;

ï

A Reclamante era EMPREBADA celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, aonde foi admitida em 16/03/70, sendo sem justa causa demitido no dia 18/07/71. Percebeu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/70, Cr.\$ 84.489,18. Tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração 1º. de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 07 de junho de 1986, recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão geral da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe éra aplicável, no dia 28 de julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para viger no período de 1º. de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajuste salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negoclação a qualquer tempo, em face da situação econômica do Pals".

Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos indices oficiais do IPC as perdas salariais consequentes da inflação acumulada no período de MAIO/90 a agosto/90, período no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretarios de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional da Reclamante, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbia" #

*CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, CELEBRADO EM 28 DE JULHO P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T/MT



SOB 0 Nº 204/90. QUE ENTRE CELEBRARAM O SINDICATO 200 TRABALHADORES EM EMPRESAS PROCESSAMENTO -DE DADOS DE GROSSO - SINDPD/MT E À COMPANHIA DE DESEMUOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT.

Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governo do Estado, naquele ato representado pelos Exmos secretários de Estado da Administração e da Fazenda. e representantes dos servidores públicos estaduals, discutiram as perdas salariais da categoria e uma nova política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto competente "Ata de Reunião", que percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT nos Itens e condições a seguira

1- Na próxima data-base da categoria, ou seja MAIO/91 a empresa reajustará o salário dos servidores no percentual de 44,80% (quarenta e quatro inteiros e oltenta décimos por cento) referente ao I.P.C. do mês de Abil/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a empresa concederă um remjuste total de 49,49% (quarenta e nove inteiros e quarenta e nove décimos por cento) referente a inflação acumulada no período de maio a agosto de 1990, obedecendo 'ao parcelamento abalxo especificados

- NOV/90 : 03% (três por cento) DEZ/90 : 03% (três por cento)
- Jan/91 # 03% (três por cento)
- Fev/91 : 08% (oito por cento)
- Mar/91 : 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento)
- Abr/91 : 12,55% (doze intelros e cinquenta e cinco por cento)



3- A empresa pagará, ainda nos meses de outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (sel inteiro e nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

11111

1

7

上屋 日月 まきろう 間下

... des en der ter ten ten der ber ber ten

į

117

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 á Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Março/9 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à reividicação do SINDPD/MT e para eritar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixos

mes l	Repos.Salarial	Ganho Reals	l Politica Salarial
Outubro i		6.09%	
Novembro !	3 x		
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov
Janeiro !	3%		
Fevereiroi	3%	6.09%	
Marco I	12,55% (IPC Dez/Jan/Fev
Abril I	12,55%	6.09%	
Maio i	44,80%		

y



E por estarem as partes certas, justas e acordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e ma presença de 02 (duas) testemunhas, que se obrigam a cumprir e a fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais itens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Culabá, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE BOUZA SOARES Pres. do SINDPD JOSÉ MOACIR WITCAZAK Pres. da Codemat

NILZA DA 8. TAQUES VIEIRA Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO

WALDOMIRO DO ALEM RIZK Delegado

ŧ

JOSÉ OTTO COSTA SAMPAIO Dir. Superintendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA Dir. de Operações "

4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salarials de:

- a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;
- b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspodente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;
- c) Pela mesma forma, pagou no més de dezembro/90 o porcentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme cláusula 5)...

Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/ 91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.



DO DIREITO

- Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 a Reclamante já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO , de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que ja não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.
- TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendum do próprio Governo do Estado, e o orgão sindical representativo de classe da Reclamante, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensável. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pág. 376, 5º edição revista e atualizada).
- 8.- A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescondível e manifesta violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-se-á viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA Invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual da Reclamante, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos da Reclamante, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, eivado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.

Tanto é verdade, que em rescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado



integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumprí-lo em relação a Reclamante verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os principios constitucioanais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

DO PEDIDO

10.- Diante dos fatos apontados, a Reclamante pleiteia o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação do art. 467 da CLT se não satisfeitas na audiência inaugural:

a) NOS TERMOS DA CLAUSULA 2, do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de Janeiro/91.
- II-) Idem, de 8% a incidir sobre os salários de janeiro/91, a ser pago no mês de fevereiro/91.
- III-) reposição malarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARCO/91;
- IV-> reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de MARCO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;

b) NOS TERMOS DA CLÂUSULA 3 do Termo Aditivo:

- I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mes de fevereiro/91;
- II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;



- c) NOS TERMOS DA CLAUSULA 5, do Termo Aditivo!
 - I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.
- d) NOS_TERMOS DA CLASULA 4, do Termos Aditivos
 - I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.
- e) VERBA FUNDIARIA sobre letras "a" usque "e", com acrescimo de 40%, como se apurar em regular execução de sentença.
- f) HONORÁRIOS ADVOCATICIOS.

Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificação do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação Julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento pessoal do representante legal da RECLAMADA, oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dandose à causa para fixar alçada o valor de CrS 1.500.000,00.

P. Deferimento.

CUIABA-MT, Marco 18, 1992.

PP.

MARCO ANTONIO ROBEIRO COUTINHO
OAB/MT 23.435





ANEXO AO	PROCESSO Nº		1	.211/92	DE_	28	/ 04		92
INTERESSAD									
•									
									<u>.</u>
						~			
	DESPACHOS	E	INF	ORM	AC	ÖE	S		
					*				
							,		
1							•		
			<u></u>						
									
<u> </u>									
<u>-</u>									
									
									•••
					•				
			_						
					<u></u>	=			
			•						
-					.=				·
<u></u>									
							•		
	 	· <u>-</u>		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
									
·					_,				
							<u>-</u>		
	•								
	<u> </u>	·· -· ·-		-		•	•		
							<u></u>		
						<u> </u>			
		•							
									

EM LIQUIDAÇÃO

EXMO. SR. DR. JUIE PRESIDENTE DA 12ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGA-MENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

PROCESSO Nº 698/92

Ä

RECLAMANTE: FRANCISCA DE SOUSA SILVA

RECLAMADA : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- CODEMAT

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC/MF sob o nº 03.474.053/0001-32, sediada no Centro Político - CPA, Bloco GPC, nesta Capital, por um de seus procuradores, abai- xo assinado, vem apresentar sua CONTESTAÇÃO, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. O Reclamante foi demitido em 18.07.91 percebendo à época, salário mensal de Cr\$ 84.489,19 (oiténta e quatro mil, quatrocentos e oficenta e nove cruzeiros e dezenove centavos) não sendo verdadeira a frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.

- 2. É imperioso lembrar, que "A Lei Estadual 5.025 de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere o Reclamante, foi modificada pela lei superviniente de nº 8.178 de 01.03.91, que traçou normas e no vas diretrizes sobre a política de preços e salários, ficando, por tanto, o pedido do Reclamante, prejudicado, em seu petitório no ftens 1 e 2.
- 3. Quanto ao cumprimento do ACORDO COLETIVO DE TRABA-LHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no ítem 3, e que o Reclaman te transcreve, a Lei nº 8.178/91, entende que ele é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequencia, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo legal.
- 4. Quando o Reclamante se refere, no îtem 4, de que a "Reclamada cumpriu parte do acordo", é necessário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de fevereiro de 1.991, isto é, antes da vigência da Lei 8.178/91, ficando desta forma, prejudica dos os valores e percentagens, a que se baseia o Reclamante, no îtem 5 de sua pretensão inicial.
- 5. A Reclamada é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a Lei 2,626 de 07.07.66, artigo 109.

Nesse contexto, e combinado com o artigo 128, parágra fo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere na Administração Indireta do Estado, sujeita, portanto, às várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus funcionários e dirigentes à fun-

├-

EM LIQUIDAÇÃO

cionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, qualidade de empresa privada.

É assim que determina o artigo 173, parágrafo 1º da Constituição Federal, "in verbis":

*Art. 173 -

Parágrafo 19 - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica
sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obriga
ções trabalhistas e tributárias." (grifos
nossos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, o Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto demonstrar de maneira inequívoca a sua pretensão e tenta ludibriar a Justiça com pretenso direito e com verbas que são apenas meras expéctativas, não gerando nenum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo, estão sendo questionados na Justica Trabalhista, através do Processo no 1.607/91, distribuido na 1º Junta de Conciliação e Julgamento des ta Capital e ainda não foi sentenciado.

7. Não há, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende o Reclamante, pois o festejado e renomado MOZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13ª ed. - Ed. Forense fls. 481/482, assim se manifesta:

II - SALÁRIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser paga de imediato, em juizo, é aquela sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte sobre a qual há controvérsia seja favorável ao empregado por ter havido controvérsia nunca será paga en dobro."

8. Quanto ao item 11, suas alineas e incisos, o Recla mante se torna repetitivo, e sua aplicabilidade ou não à Reclama da, está condicionada a validade e ao reconhecimento do Acordo Co letivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal do Reclamante, desde já reque rido e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que j. esta

Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 08 de setembro de 1.992.

Diogo Douglas Carmona Adv. OAB/MT Nº, 751

- CODEMAT -

92

1

CUIABÁ - LIT

ANDRÉ DAL ASCENO

698

92

FRANCISCA DE SOUZA SILVA

CIA DE DESENVOLVILIENTO DO ESTADO DE

LATO GROSSO

13:36

, presentes a reclamante assistida pelo ADR. 'ARCO ANTORTO '
ROCEIRO COUTINH, MARAT. I reclamado pelo preposto EMBASTIÃO CARLOS COR
TIA DA COSTA, assistido pelo DR. DI VOI DIUGIAS CARTAR INSTITUTO.

Defese escrita, se documentos, da qual se dá vistas do reclamente por cinco dias, a partir do dia 10%3/92.

Proclusa a prova documental.

Coc, digo, Conciliação rejeitada.

As partes pão tên mais provas a produzir.

Adiada para o dia 5/11/92, 2, digo, às 15:45 horas.

Cientes os presentes.

Incerreda às 13:37 horas.

Mada mais.



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 109 REGIÃO

JUNTA DE CONCILIACAO E JURGAMENTO DE	j de Cuiaba/Mi Ubens de Mendonça, 4
ENDERÊÇO:	BODING DE MENDONYA, 4
NOT, INT, Nº 222 /93 EM 12 / 01	<u>/1993</u>
PROCESSO Nº 698/92 /	-
RECTE.: FRANCISCA DE SOUZA SILVA	<u> </u>
recdo.: <u>COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO D</u> O	ESTADO DE MT.
Pela presente, fica V.S ^Q . NOTIFICADA	para c(s) flm(ns) pr
visio(s) no(s) item(ns) 04	abaixo:
O1 - Comparecer à audiência designada para o diade	de à
horas e	
02 - Prestar depolmento pessoal, no dia e hora acima, sob pena de confissão.	
03 - Prestar depoimento, como testemunho, no día e hora acima.	
24 - Tomar ciência da decisão constante da cópia anexa. 25 - Tomar ciência do despacho constante da cópia anexa.	
06 - Contra-arrazoar recurso do(a)	·
7 - Impugnar Embargos à Execução.	
08 - Contestar os Embargos de Terceiro autuados sab o Nº /	
09 - Recolher as(as) no valor de Cr\$	
0 - Prestar, camo Perito, o compromisso legal, em((1 - Prestar como Assistente, o compromisso legal, em(() dios,
2 - Comparecer à audiência inaugural, no dia e hora ocima, quando V. 59. pod	
(art, 846 da C.L.T.), com as provos que juigar necessários (arts. 821 e 84	45 da C.L.T.). devend
V. Sa . estar presente, independentemente do comparecimento de seu repre	sentante, sendo-the facult
do designar preposto, na forma prevista no parágrafo 19 do artigo 843	consolidado. O não comp
recimento de V. S.S. importará na aplicação da pena de revella e confissão	quanto a matéria de fato.
13	

222/93 698/92

Companhia de desenvolvimento do est.mt a/c dr. Diogo douglas carmona

Centro Político e Administrativo-Bloco GPC

Cuiabá-M.

TO THE COMPANY OF THE PARTY OF

certifico que o presente ex pediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 12/01/23 5 feira

Diretor de Secretaria

pzo:05/02

JUSTIÇA DO TRABALHO. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

. . . JUDIO

47

ATA DE AUDIÊNCIA

NOVEMBRO do ano de 1.9 92, reuniu-se a
Junta de Conciliação e Julgamento de CUIABA - MT , presentes
o(a) Exmo(a) Juiz(a) Presidente Dr(a) AWDRÉ DAMASCENO
e os Srs. Juizes Classistas, que ao final assinam, para audiência relativa ao Proc.
J.C.J. 698 / 92 entre partes: FRANCISCA DE SOUZA SILVA
e COMPANHIA DE DESENVOIVIENDES DE
ESTADO DE MATO GROSSO Reclamado(s), respectivamente:
Às 15:45 horas, aberta a audiência, foram, de ordem dola) MM. Juiz(a) Presidente, apregoadas as partes ausentes.
Encerrada a instrução processual. Conciliação rejeitada. Proposta a solução do dissídio e colhidos os votos dos duí-
zes Classistas, a III. Junta à unanimidade, julgou os pedidos PROCEDEN -
TES EM PARTE, adotando em todos os seus termos o seguinte voto do Juiz'
Presidente:

RELATÓRIO.

FRANCISCA DE SOUZA SILVA

ajuizou ação tra
balhista contra sua ex-empregadora CCLPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTA

DE MATO GROSSO - CORELAT, denunciando irregularidades havidas no cur
so e término da relação de emprego. Por isto formula os pedidos constar...

tes às fla...

A reclamade defendeu-se (fls. 36/39).

O resumo dos pedidos e da defesa serão expostos com os funça mentos deste voto, en cumprimento ao disposto no art. 832, da CIA.

Foi produzida prova documental.

Kão foi possível a conciliação.

É o relatório.

voro:

1. - DIFERENÇAS SALARIATS

1.1. - Discute-se o direito de o reclamante receber os r

ber os rea-

T.R.T. 1.1100

Proc. nº 698/92 fl 02

justes salariais previstos no Acordo Coletivo de Trabalho, firmado en tre a reclamada e o sindicato representante da categoria profissional :
do empregado; bem como em seu termo aditivo, ambos para vigorar de Ol. 6 :
90 a 31.04.91. O reclamante afirma que o acordo só foi cumprido até de ;
zembro de 1.990, pelo que requer o pagamento dos seguintes reaju es:

- a)- 3% em janeiro/91, em face do previsto no 2º item o ter mo aditivo:
- b)- 8% mais 6,09% em fevereiro, em face do previsto nos 2º e 3º items do termo aditivo:
- c)- 12,55%, mais 72,87%, referente ao IPC dos três meses l' anteriores, no mês de março, em face do previsto nos ítens 2 e 4 do ter mo aditivo;
- d)- 12,55% mais 6,09% em abril, em face do previsto nos !!

 ítens 2 e 3 do termo aditivo; e
- e)- 44,80% no mês de maio, em face do previsto no ítem 1,do termo aditivo.

Diz que foram aplicados os reajustes a outros empregados.

do-se a sustentar se inaplicável às sociedades de economia mista, as condições previstas em negociações coletivas. Alega também que a Lei 8178/91 modificou as normas atinentes aos salários, impossibilitando o cumprimento do acordo.

samente que as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime jurídico das demais empresas privadas, inclusive quanto às obrigações traba lhistas. Assim, não há que se falar em nulidade do Acordo Coletivo de Trabalho, nem de seu termo aditivo. Note-se que a Procuradoria Geral do Estado, não tem competência para declarar mulidade de Contratos Coletivos de Trabalho, eis que não é érgão do Poder Judiciário Federal. Também não há que se falar da impossibilidade de negociação coletiva com as so ciedades de economia mista, eis que prevista a possibilidade de sindica lização de seus ampregados (art. 566, § único, da CIM), bem como as validade das convenções e acordos coletivos (art. 7º, XXVI, da CF).

l.4. - A lei nº 8178/91, não faz menção ao Acordo Coletivo' em questão. Sendo válido o acordo, deve ser cumprido. Caso as partes/cm

T.F.T. 1.1 1905

venentes encontrem-se impossibilitadas de honrar o estabelecido, pode rão demunciar o A.C.T., (art. 615, da CIT). não podem é simplesmente descumprí-lo.

1.4.1. - Note-se que a própria reclamada reconhece a valida de do acordo, eis que vem, de forma discriminatória, cumprindo-o para la lguns empregados, e para outros não.

1.5. - Assim, devidos os pedidos formulados, na forma do i= tem 1.1., deste voto. Os rezjustes incidem sempre sobre a remuneração total do mês imediatamente anterior.

2. - DELLIS POSTULAÇÕES.

2.1. - Em face da natureza salarial das parcelas supra deferidas, é devido o pagamento dos valores referentes aos depósitos do FGTS, com acréscimo de 40%, em face da demissão do reclamante. Tal pedido não foi sequer contestado.

2.2. - Devida a multa prevista no art. 477, § 8º, da CIT, 1 eis que não foi sequer contestado o pedido, e o pagamento das verbas foi efetuado com atraso, conforme comprovado-pelo Termo de Rescisão do Con-

2.3. - 0 art. 9º, da lei nº 6.709/79, foi revogado pelo Decreto-Lei 2.284/86, que regulou totalmente a matéria.

2.4. - Os honorários advocatícios são indevidos, eis que não caracterizada a hipótese do art. 14, da lei nº 5.584/70.

2.5. - En face de iliquidez dos pedidos, são excluídas as de bras do art. 467, do CLT.

3. - CONCLUSÃO

Pelo exposte, julgo os pedidos PROCEDENTES EL PARTE, para condenar a reclamada o pucar ao reclamante as verbas mencionadas nos ítens 1.5., 2.1., e 2.2., deste voto, que ficam fazendo parte integrante desta parte dispositivo, cujos valores serão apurados em processo de execução. Tudo com acréscimo de correção monetária e juros incidentes sobre o principal corrigido. Castas pela reclamada, sobre o valor final de condenação, no momento fixedas er CRS 12.638,04, calculadas sobre CRS... 6.000.000,00, valor arbitrado. Após o trânsito em julgado desta sentença, oficiar-se-á so INSS e à DET/NT, para os fins previdentiários e administrativa.

PJ-JT-TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10º REGIÃO Proc. nº fls. 04

miristrativos de direito.

Intimem-se as partes.

NADA MAIS.

ANDRÉ DALLASCENO

Juiz Presidente

goseff WV, /z Ca

le Con Pricitu

ķ



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 23.ª REGIÃO

	CONCILIAÇÃO E	JULGAN	MENTO I)E_ <u>a</u> j	/. RUBE	e Cuiaba/ Ns de M e	NDON	Ç 4, 4 91
ENDEREÇO:3		93	EM	11	_/	05	_/_	.93
PROCES	SO N.º	698	/ 92					
	FRANCISCA DE S						}	
RECDO.:	CODEMAT							
Pela presente, fi	ca V. Sa. NOTIFIC	CADA	- +		para o	(s) fim(ns	s) pre	visto(s
no(s) item(ns) <u>13</u> 01 — Comparecer à a	ıdiência para o dia	de				abaixo: de	•	à
2 - Prestar depoime	_ horas e					_ minuto	s.	
05 — Tomar ciência d 06 — Contra-arrazoar 07 — Impugnar Emba	recurso do(a)						-	
08 — Contestar os En	bargos de Terceiros	autuados:	sob o N.º	1 0	<u> </u>	/_		
9 - Recolher as (os) 0 - Prestar, como P	erito o compromisso	legal em	no valor	ae Cr	>) dia:
	presente, independe esignar preposto, na ecimento de V.Sa. i	entemente forma prev mportará i , em 10 oneordên 3.ANDRÉ	do compa vista no pa na aplicaçã diss, ry cia con DAMASCE	arecin rágraf o da rese	nento di lo 1.º di pena di ntand selcul	de seu re o artigo le revelia lo o se lo apon	eprese 843 e a e ce u cr	entante consoli onfissă leule pe-
Codemat / ac	DR DIO GO BOUGL	€	81/93 98/92			The state of the s	200	
Outlings / HO				`		ŭ _{ij} ,		
Centro Políti	co Administrat:	ivo - Bl		CEK.) que o pr		
Cuiabá						oi encam ário, via		
					/ <u>es</u>		fei	

Glória Sibele L. M. Castro Aux. Judiciário - J.C.J. EXCELENTISSIMO BENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM JE JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABA-MT

Proc. nº 698/92

FRANCISCA DE SOUZA SILVA, por advosado e bastante procurador. "in-fine" assenado. nos autos da reclamatória trabalhista que move confra COMPANHIA DE DESERVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, por advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa * Excelência apresentar seus "CALCULOS DE LIQUIDAÇÃO" sentença atualizados até o dia 15/04/93, requerendo notiticacaão da reclamada para, querendo, contestá-los no prazo legal. -

P. Deferimento.

CUIABA-MT, Abril 16, 1993.

pp.

WALTER ROSEIRO COUTINHO DAB/MT 3564-A MARCO ANTONIO ROBETAD COUTINHO

÷

R. Galdino Pimentel $n^{\frac{O}{2}}$ 14, $12^{\frac{O}{2}}$ and., conj. 121/24 (Ed.Palácio do Comércio)-CUIABÁ-MT- PBX 865-322-4919 -FAX 865-322-4919-(pag. 1)

Processo: 678/92 °

Reclamante: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODENAT

Admissão: 16/03/90 Demissão: 18/07/91

Maior Remun.: 84.489,18 Ajuizamento : 23/03/92 Data Cálcul.: 26/03/93

RESUNO

1 - S4	ALDO CREDOR	N _{ader}		-
•	Conforme quadros	auexos	Cr%	86.767.672,67
2 - Jl	JROS NÃO CAPITALIZA	008		
	pitalizados -	a.m. mensalmente ca- período 24/03/92 a ias - taxa 13,67%	Cr%	11.861.140,85
3 04	ALOR EXEQUITUEL EM 4	5/84/93	 ኮታሜ	99 429 912 52

Me

Reclamante: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Reclamada : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODENAT

TABELA DE CÁLCULO

:	PERÍODO	:		DEVIDO :		•	FGTS 11,20%:			VALOR :
:		:		MOTIVO (Z) :		OOS VALORES:		(1) + (11) :	ATUALIZAÇÃO:	HIUNLIZHUU *
:		E	:	REP. SALAR.:			:	*	:	;
:	01/91	:	87.023,85:	3,00:	64.489,18	2.534,67:	283,88:	2.818,55:	132,5728:	373.663,07:
:		:	:	REP. SALAR.:	5	:	:	ŧ-	• •	:
:	02/91	1	•	8,00:		9.496,57:	1.963,61:	10.560,18:	110,2837:	1.164.615,72:
:		:	:	GANHO REAL :	:	:	:	*	ŧ	:
•	9 2/91	:			- :	5.723,73:	641, 0 5:	6.364,78:	110,2837:	701.931,49:
:		ť	:	REP. SALAR.:	:	:	:	:	:	:
ř	93/91	:	112.223,01:	12,55:	84.489,18:	27.733,83:	3.196,18:	30.840,01:	103,0673:	3.178.596,56:
		:	:	I.P.C. :	:	ŧ	:	:	:	î.
:	9 3/91	:	81.776,90:	72,87:	- :	91.776,90:	9.159,01:	90.935,91:	103,0673:	9.372.318,72:
£		:	:	REP. SALAR.:	:	:	:	:	:	:
•	94/91	:	218.346,89:	i2,55:	84.489,18:	133.857,71:	14.392,06:	148.249,77:	94,9883:	14.081.793,63:
:		:	:	GANHO REAL :	:	:	;	;	;	:
:	94/91	:	13.297,32:	5,09:	- :	13.297,32:	1.489,29:	14.786,61:	94,9883:	1.404.554,95:
:		:	Į	REP. SALAR .:	:	:	:	:	•	•
. :	0 5/91	ŧ	335.420,81:	44,89:	84.489,18:	250.931,63:	28.104,34:	279.035,97:	87,2107:	24.334.922,27:
I			:		2	:	:	:	:	:
•	05/91	:	335.420,81:	MULTA (1) :	- :	335.420,81:	37.567,13:	372.987,94:	87,2107:	32.528.339,34:
:		Z	:	:	:	İ	:	:	:	:
ï		:	:	i	ŧ		1	1	=	
:	SOKA	:	:	:		1	:	:	:	86.767.672,67:

⁽¹⁾ Artigo 477 89 CLT

Mm

⁽²⁾ Cláusula 60 do ACT de 27/04/90



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 23 a REGIÃO

18 JCJ de CUIABA/MP

PROCESSO 698 - 92 92 MANDADO 521 93

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO para ser cumprido na forma abaixo: O DOUTOR ANDRÉ DAMASCENO
Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiaba-Mato Grosso
Manda ao oficial de justiça Avaliador, a quem for este distribuido, passado a favor de FRANCISCA DE SOUZA SILVA VIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-CODEMAT, para, em 48 horas, pagar a quantia
de Crs 100.602.205.52 (cem milhoes, seiscentos e dois mil, duzen
tos e cinco cruzeiros e cinquenta e dois centavos custas processuais, custas executivas e emolumentos devidos no processo, nos termos do(a) decisão
Conf. fl. Acolho o cálculo de fl. 58/60. Cite-se. Cbá,28.06.93. An
dré Damasceno-Juls Présidente.
Crédito do exequente :
OBS: Os valores apurados sofrerão atualização diária até o dia do efetivo pagamento, conf. o art. 39 da Lei 8.177/91.

Não pago o débito ou feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE tantos bens quantos bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL AUTORIZADO A SOLICITAR AUXÍLIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às deligências necessárias em qualquer dia ou hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 10° e, 2.°).

O QUE CUMPRA, NA FORMA DA LEI.

Eu, Joacy Mauro da Silva Cruz

Chefe de Seção

Diretor de Secretaria, conferi et subscrevi, aos 05 dias do mês de 1.993

r J. C. J. CUIABA

ORIGINAL

Condet R. p. V. Damasceno

Julz Presidente £ <u>JCJ</u>, Cbá, MT.

Carlos Gomes
Direter Presidents
- CODEMAT

Recebi en 26,07,93

ENDEREÇO DO

EXECUTADO: Centro Político Administrativo

BLOCO GPC-nesta. JT-2011.3

mh

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO

1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT

MANDADO DE REAVALIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PENHORA PROCESSO Nº 698/92

EXEQUENTE: FRANCISCA DE SOUZA SILVA »

EXECUTADO: CIA. DE DESENV. DO EST. DE MT - CODEMAT

MANDADO Nº: 959/94

O DOUTOR RUI CÉSAR PÚBLIO B. CORRÊA Juiz do Trabalho Substituto da 1º Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT, no uso de suas atribuições legais,

Manda ao Sr. Oficial de Justiça Avaliador, a quem couber por distribuição, que a vista do presente MANDADO, estando devidamente assinado, passado a favor de FRANCISCA DE SOUZA SILVA, em seu cumprimento dirija-se:

- 01) Ao Bloco GPC, Centro Político Administrativo Palácio Paiaguás Cuiabá/MT, e lá proceda a REAVALIAÇÃO do bem a seguir: UM VEÍCULO FUSCA VW ANO MOD 1984 COR BEGE CHASSI FP 002263 PLACA 0708.
- 02) Ao Banco do Brasil, Agência Goiabeiras, e lá diligencie no sentido de informar sobre a existência de conta em que seja titular a executada e após, proceda a AMPLIAÇÃO DA PENHORA de numerário suficiente para a garantia da execução no valor de R\$ 4,204,37 em 01.07.94.

Tudo conforme despacho exarado às fis. 92 dos autos

acima no teor seguinte:

"Vistos rete. Atualize-se o crédito e reavalie-se o bem constrito. Ao Sr. Oficial de Justiça para que diligencie no Banco do Brasil, agência Goiabeiras, sobre a existência de conta em que seja titular a executada e após, proceda a penhora de numerário suficiente para garantia da dívida. Proceda, ainda o meirinho a intimação da executada acerca da penhora realizada. Cumpra-se com urgência. Cuiabá, 28.07.94. Rui César Públio B. Corrêa, Juiz do Trabalho Substituto".

O QUE SE CUMPRA NA FORMA E SOB PENA DA LEI, ficando desde já autorizado ao Sr. Oficial de Justiça a recorrer das medidas cabíveis, caso seja obstado no cumprimento do presente MANDADO.

Dado e passado nesta cidade de Cuiaba IT, aos 28 dias do mês de julho do ano de um mil novecentos e noventa e quatro eu José Afonso Campolina de Oliveira. Diretor de Secretaria da 1º JC de Chara, subscrevi, indo a final assinado pelo MM Juiz do Trabalho. Substituto.

JUIZ DO TRABALHO.

ORIGINAL ASSINADO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA <u>1ª</u> JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

PROCESSO NO 698/92

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos autos de RECLAMAÇÃO TRABALHISTA que lhe move FRANCISCA DE SOUZA SILVA, XXXXXXXXXX e que têm curso por essa digna Junta e Secretaria, vem à presença de Vossa Excelência requerer de signe determinar sejam ditos autos remetidos ao Sr. Contador dessa Egrégia Junta para que seja procedida a atualização do valor de crédito do Reclamante, uma vez que pretende a requerente promover a extinção do feito, através do pagamento de todos os direitos a que o Reclamante fizer jus.

Outrossim, cumpre informar a essa Egrégia Junta que à mera guisa de averiguação, procedeu-se aquela atua lização com base nos índices oficiais editados pelo Tribunal da 23ª Região, em operação que, incidindo sobre o valor homologado às fls., indicou ascender o crédito do Reclamante a R\$ 1.545,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS).

Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 24 de agosto

de 1.994.

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OAB/MT Nº 2.597



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

				1º. Junta de Concil	liação e juiga D trabalho	m ant o
الال	UNTA DE CONCILIA	ÇÃO E JULGAMI	ENTO DE_	Rua Miranda Reis,	441 - Ed. 8	iandif
ENDEREÇO:				CEP. 78010-080	- Culabá	- MT
NOT. INT. Nº	7173 /	94 EM 0	2 / 09	/ 94		•
PROCESSO N	<u>698/92</u>	*			•	
RECTE.:	FR	ANCISCA DE	SOUZA	SILVA		
	00 ز					
RECDO:						
•	Pela presente, fica V	. Sa	Notifi	cado	para o(s)	īm(s)previsto(s)
no(s) item(s)	13		abaixo:			
	r à audiência para o d	diade_			de	às
	horas	s e		minutos.		
02) - Prestar dep	oimento pessoal, no	dia e hora acima,	sob pena (de confissão.		
03) - Prestar dep	oimento, como teste	munha, nordiare l	noraracima.		٠	
04) - Tomar ciênc	cia da decisão consta	ante da cópia ane:	xa.			
05) - Tomar ciênc	cia do despacho cons	stante da cópia ar	теха.			
06) - Contra-arraz	zoar recurso do(a) _					
07) - Impugnar E	mbargos à Execução	D.				
	s Embargos de Terce	•	o nº			
-	s(os)					
	no perito, o compron					·
	no assistente, o com					•
	r à audiência inaugur					
•	.), com provas as que			•		
•	nte do compareciment					•
•	do artigo 843 consol	•		•	• • •	•
-	io quanto a matéria o		прагосилск	to do v. od, import	iaia na apiioay	ao da pona do
	e fls. 108.	•	. Inti	me-se o i.	subseri t	or do acord
nresentant	e da executa	da a regul	Larizar	sua repres	entação	processual
ntando aos	autos, em 4	8 horas, i	ins trum	ento procur	ratorio,	pena de pro
guimento d	a execução.	Cuiabá, 30	0.08.94	. Dr. Benit	to Capare	lli-Juiz
abalho.						
<u>.</u> . ~ ~ -		the state of the s			- 	
					•	
		Not 1	7173/94		! '	DONTRATO ECT/DR/
09.0) 9				j	x
0 7.0		Proc.	98/92		1,	•
	,				1	RT 20' R N' 1828
					•	
CODEMAT A/	C. DR. DIOGO	DOUBLAS (CARMONA	CERTIFICO qu	•	· i
			 +	encaminhado a	o destinatário,	

Luiz Carlos dos 8 Fe

CBÁ MT

JT - 2012 -2

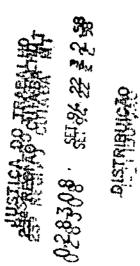
Centro Pol. e Administrativo - CPA



Exmo. Sr. Dr. Juiz Presidente da la Junta de Conciliação e Julga mento de Cuiabá-MT.

Proc. nº: 698/92

Reclamante: FRANCOSCO DE SOUZA SILVA



Companhia de Desenvolvimento do Estado 'Mato Grosso-CODEMAT, já qualificada nos autos à epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, em relação ao despacho de fls 139, ex por e requerer o que se segue.

A incompleta formalização do acordo noticiado no petitório que ensejou a prolação do r. despacho de fls 139. deve redundar na consideração de sua insubsistência.

Ocorre que ele havia sido alinhavado em conversações preliminares entre apenas seus subscritores para que, no caso de eventual aquiescência da Diretoria da Reclamada, viesse a ser procedida a sua ultimação com a subscrição dele também pelo ora signatário.

Dado que aqueles entendimentos não se materializaram, face a divergência das propostas reciprocas relativas aos números que o comporiam, a sua ultimação resultou inviabilizada.

De afogadilho, e talvez, precipitadamente, agiu o Reclamante ao fazer aportar aquelas deduções nos autos sem que a respaldassem decisões de quem de direito.

No entanto, considerando as entabulações já encetadas entre Reclamante e Reclamada, e até com a intercessão



pacificadora dessa Egrégia Junta, que se consubstanciarão nas di versas audiências já designadas com vista à extinção da perlenga, requer-se a Vossa Excelência que mantenha os procedimentos executórios no estado latente em que se encontram, até que se finalize e se homoloque o que vier a ser ajustado.

Termos em que P. Deferimento

Cuiabá-MT, 22 de setembro

1.994

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA

OAB/MT 2597



EXMO. SR. DR: JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MT

Processo no 698/92 p

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROS SO - CODEMAT, já devidamente qualificada nos autos de RECLAMAÇÃO TRABALHISTA em trâmite por essa digna Junta e Secretaria, vem à presença de Vossa Excelência requerer se digne 'mandar juntar àqueles autos o incluso instrumento de mandato.

Pede Deferimento

Cuiaba/Mt., 19 de outubro de 1.994

NEWTON RUIZ DA COSTA É FARIA

OAB/MT 2.597

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CON CILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO

REF. PROCESSO Nº 698/92 FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, já qualificada nos autos acima, por seu advogado abaixo assinado, vem à presença de V. Exa, para requerer vista dos autos.

Termos em que j. esta Pede deferimento.

Cuiabá-MT, 26 de agosto de 1.993

Diogo Douglas Cormona Advogado - OAB MT 751 CPF 021705401-30 EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 14 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUI-BÁ-MT

Processo nº 698/92

WI 1858 St 031712

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - Criemat, já qualificada nos autos de Reclamação Trabalhis ta wue lhe move FRANCISCA DE SOUZA SILVA, e que fluem por essa digna Junta, vem à presença de Vossa Excelância requerer se di - gne mandar juntar aqueles autos o incluso instrumento de manda - to, regularizando a sua representação processual.

Pede Deferimento

Cuiabé/Mt., 27 de outubro de 1.994

OTHOM

AIR DE BARROS

OABAMT 4328



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO

1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT Endereço: Rua Miranda Reis, 441.

NOTIFICAÇÃO Nº 00928 / 94

EM 17 / 02 / 94

PROCESSO N° 698 / 92 RECTE.: FRANCISCA DE SOUZA SILVA RECDO.: CODEMAT

Pela-presente fica-V-Sa: **NOTHFICADO** para o(s) fim(ns) previsto(s) nos item(ns) abaixo:

01 - Despacho Petição 5673 - defiro a vista, por 03 dias. Intime-se

Certifico que o presente expediente foi encaminhado ao destinatário, via postal, em 17/02/94, 5ª-feira.

Alota Kenyap Cunha Dirator de friciamente.

CONTRATO ECT /DR/ MT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO^X
A/C DR DIOGO DOUGLAS CARMONA
CODEMAT - Palácio Paiaguás - Bloco GPC - Centro Político e Administrativo.

Cuiabá - MT



PODER JUDICIÁRIO JUSTICA DO TRABALHO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23º REGIÃO

1º JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-MT

Processo nº: 698/92

Exequente: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Executado: CIA DE DESENV. DO EST. DE MT - CODEMAT

Mandado nº: 390/95

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E ΛΥΛLΙΛÇÃO para ser cumprido na forma abaixo:

O DOUTOR BENITO CAPARELLI Juiz do Trabalho Presidente da 1º Junta de Conciliação e Julgamento de Cuiabá/MT, MANDA o Oficial de Justiça Avaliador, a quem for este distribuído, passado a favor de FRANCISCA DE SOUZA SILVA, CITE a CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT, para, em 48 horas, pagar a quantia de R\$ 89,74 (oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos), correspondentes às custas, devidos no processo, nos termos do despacho às fls. 138 dos autos acima, no teor seguinte: "Vistos, etc. Cite-se pelas custas. Cuiabá, 09.12.94. Benito Caparelli, Juiz do Trabalho Presidente".

CUSTAS(Em, 31.03.95)

R\$ 89.74

Não pago o débito ou não feita a garantia, no prazo supra, PENHORE E AVALIE, tantos bens quantos bastem para integral quitação da dívida.

CASO SEJA CRIADO QUALQUER OBSTÁCULO AO CUMPRIMENTO DO PRESENTE, FICA O OFICIAL DE JUSTIÇA AUTORIZADO A SOLICITAR AUXILIO DE FORÇA POLICIAL, bem como a proceder às diligências necessárias em qualquer dia e hora (C.L.T. art. 770 e § único; C.P.C. art. 172 §§ 1° c 2°).

O QUE SE CUMPRA NA FORMA DA LEI.

Ru José Afonso Campolina de de Oliveira Diretor de Secretaria, conferi e subscrevi, aos 31 dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e cinco.

End. do executado:

Bloco GPC - CPA - Cuiabá/MT

11.04.95

Newton Ruiz da Costa • Garta
Assessor Juridico
OAB/MT 2.597

ORIGINAL ASSINADO

02 DATA DE VENCIMENTO 01 CARIMBO DO CGC MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO 20.04.95 Documento de Arrecadação de Receltas Federais 03.454.053/0001-32 DARF 04 CÓDIGO DA RECEITA 1505 05 Nº DA REFERÊNCIA 06 Nº DO PROCESSO 696/92 13 TELEFONE 89.74 MATO CROSSO 08 VALORIDA MULTA ATENÇÃO SENDO PESSOA JURÍDICA, 09 VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGO DL-1025/69 193/95 1505 ALÉM DA APLICAÇÃO DO CARIMBO CGC 10 VALOR TOTAL ewabá-.: NO CAMPO 01. 89,74 PREENCHER O CAMPO 03. Francisca DE Souza Silva 15 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA (SOMENTE NAS 1º E 2º VIAS) الله المعاددات CEF 10169520ABR95034735 07960 89,74R3068 1606 - GRAFOPEL - GRÁFICA E EDITORA LTDA - CGC(MF) 00.747.303/0001-72

230

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CO CILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÃ - MATO GROSSO.

RECLAMANTE: FRANCISCA DE SOUZA SILVA PROCESSO Nº 688/92

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MA TO GROSSO - COBEMAT, já qualificada nos autos em epigrafe, por seu procurador que esta subscreve, vem à presença de V.Exe, res peitosamente, expor e requerer o quanto a seguir articula:

- 1) Encontram-se penhoradas e bloqueadas nos presentes autos as contas correntes descritas no auto de penhora de fls., todas do Banco do Brasil S.A.
- 2) Compulsando o presente processo, verifica -se que a Requerente efetuou o pagamento do crédito do exequente, ficando pendentes apenas as custas processuais finais, no importe de R\$89,74 (oitenta e nove reais e setenta e quatro centavos).
- 3) Instada que foi a pagar a importância al<u>u</u> dida, a Requerente providenciou a sua quitação, consoante com provam os anexos documentos de arrecadação de receitas federais -DARFs (docs. 01 e 02).

Dessarte, não havendo quaisquer pendências a serem pagas, também não há razão a que as retro citadas con tas correntes continuem bloqueadas, pelo que requer sejam liberadas.

Outrossim, amparada nas mesmas razões acima expostas, requer a extinção do feito e seu consequente ar quivamento.

Pede Deferimento.

Cuiabá-MT, 24 de abril de 1.995

NEWTON RUIZ DA COSTA E FARIA
OAB/MT NO 2.597

OTHON JAIR DE BARROS OAB/MT Nº 4.328

<u> </u>		MINISTÉRIO DO TRABALHO Comunicação de Dispensa - CD 103	4 391919
1	-	•	1 001010
	3	F-IR IA IN ICITISICIA INTRI SIOITIZIA SITITIVIA endereco do dispensado (rua, avenida, quadra, travessa, número, bloco, apartamento, (undos etc.)	CEP LANGE STATE OF THE STATE OF
	7	CGC O 3 4 7 4 O 5 3 O O O 1 3 2 5 O 3 O 3 O 3 6 1 - sim 2 - não 2 PISIPASEP 1 D 1 1 9 6 1 9 3 2 3 8 8 9 6 87 1 1 9 9 M T CGO 3 1 1 1 2 0 AGENTE ADMINISTRATIVO	CIA. J. DE JEN OLVIMENTO D. ES ADO DE MATO GROSSO - CODEMAT C. P. A. CUIABA CEP. 78.000 - MT. carimbo padronizado CGC (MF)
- <u>-</u>			
ocessamento	10 16 18		possui registro de contribulção individual do INPS?
b/Proces	19	Declaração do dispensado número de contribulções para Previdência. Social nos últimos quarenta e oito meses. 4 8 20 as contribuições fora	Declaração do empregador am integralmente comprovadas pelo dispensado? 1 — sim 2 — não 2 — não
∳a; MT	19 21	recebeu salários em cada um dos últimos seis meses? 1 — sim 2 — não 1 2 os salários foram con	nprovados pelo dispensado? 1 — sim 2 — não
		Francisca de Sora Sulva assinatura do dispensado	Odete Pinheito da Oitui Chefe do Setor assingu ge De Ma lampregador
W. WS		MINISTÉRIO DO TRABALHO Comunicação de Dispensa — CD	
Mary Campo Gray	Tb 034	1034 391919 11011119161119131213	A ECT recebe a 1.3 via fechada
	34	FIRIAINICILISICIAI IDIEL ISIOIUIZIAI ISILILI	VIALLILIIIII
- 18	E P	Recebi de CIA DE DESENV. DO ESTADO	D DE MATO GROSSO/CODEMAT

CUIABA/MT 20

/06

_ 91

¢

стеодбе сталса Еслосіаї Сіба. - Ау IC 03233913/0001-46 - Aut. MTb (

Protocolo Nº 2. MSW	13
Processo Nº X X X	2
Serviço de Protocolo	-

N° PRO	OTO C OLO:	2.452/93	
N° PR(OCESSO:	1.742/93	
	20 , 05		

_INTERESSADO __

FRANCISCA DE SOUZA SILVA

_ ASSUNTO ____

REQUER PAGAMENTO DOS JUROS E DEMAIS ENCARGOS DECORRENTES DO ATRASO DE PAGAMENTO DO SALARIO PERIODO DE OUTUBRO/90.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

SDADOS DO REQUERENTE	IMENTO TE	GUEMA
CO DEMAT WATHTOULA COOD283 FRANCISCA DE	SOUZA SILVA	odos N-1742/9
CUIABA 19 05 93	16.03.30 A 18.0	7_3/
Control of the Contro	ancesco de Sous	
COMIBSÃO - SAD / HESPONSAVEL PELA FOLHA DE PAGAME	MIO.	
MATRICE .		
DADOS PARA PROCESSAMENTO CARGAO COTAÇÃO VALOR POR EXTENSO	VALOR EM CRE	
TIPO DE PROCESSAMENTO	ca DEVOLUÇÃO CE	caueilo
AUTORIZAÇÃO DA SAD / DIRETORIA ADMINISTRATIVA/FINA AUTORIZO A LIBERAÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO DE PA		MAÇÃO ACIMA.
	DIRETORIA ADMINISTRATIVA PINANCEI	





					
ANEXO AO PROCESSO Nº		1.742/93	DE_	20 / 05	/ 93
INTERESSADO(A)					
ASSUNTO		<u> </u>			
		•			
					
				~ ~ ~	
DESPACHOS	5 E	INFOR	MAÇ	COES	
·					
					<u> </u>
					
				<u> </u>	
				· -	
		-			
		·····		•	
					
					
	•	·			<u> </u>
					-
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
					
	 -				
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					
				•	
			 .		
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
<u> </u>	<u>, </u>				
	-				<u></u>
					

C	O D	E M A	T	
	1090 N°	11	91	
J	Service	e Protect		

№ PROTOCOLO :	4.517/91
Nº PROCESSO :	4.072/91

04 / 11 / 91

INTERESSADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10º RECIÃO

ASSUNTO

encaninha nofifidação de intimação nº 7.294/91 do sr. Francisca de souza Silva, referente reclahação trabalhista.



CODEMAT COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO" TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 109 RE



Processo Nº 4-072/91

<u>la</u> junta	DE CONCILIAÇÃ	O E JULGA	MENTO I	DE CUIA	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
ENDERÊÇO:	AV. RUBENS DE	MENDONÇA,	491		Service de Protecelo
	7 294 /				/ 91
	PROCESSO Nº	2	004 /	91	
	RECTE.: FRANCI	SCA DE SOU	ZA SILVA	L	
	RECDO.: COMPAN	HIA DE DES	ENVOLVIM	IENTO DO E	STADO DE
L_		- ~	MATO G	ROSSO - C	ODEMAT
Pela pre	sente, fica V.S ^o (ns)01,02,1	NOTIFICADA 2 e 13	•	pdro	a o(s) fim(ns) ,pre _ abaixo:
O1 - Comparecer à c	audiência designada p	oro e dia _25	. de fewe	reiro	de 1 992 hs
O2 - Prestor depoime	nto pessoal, no día e nto, como testemunho	: hora acima, soi	b pena de co	nfissão.	•
04 - Tomar ciência c	la decisão constante d	a cópia anexa.			
	o despacho constante recurso do(a)				
07 - Impugnar Embor	gos à Execução.			•	
09 - Recolher as (as)	bargos de Terceiro au	tuados sob o Nº	no valor o	/ le Cr\$	*****
09 - Recolher as (0s) 10 - Prestar, como 11 - Prestar como A	Perito, a compromisso	legal, em(ţ) dios.
12 - Comparecer à a	ssistente, o comptom udiência inaugurai, ne	isso iegai, em) dia e hora ocim	o, quando V.	S ^Q , poderá a) dias.
(ort, 846 da C.	L.T.), com es proves	que julgor nece	ssárias (arts.	. 821 e 845 da	C.L.T.). devendo
do designar pr	presente, independent eposto, na forma pr	evista no parági	rafo 1º do a	rtigo 843 consi	pamao obn O obsolio
recimento de V 13 Cópia da i	'. S ^g . importará na apl	icação da pena	de revelia e	confissão quanto	a matéria de fata.
-			•		
COMPARECER À AU	TESTAÇÃO POR ESC [®] ! DIÊNCIA, ACOMPANHA	 			
DE ADVOGADO - AR	T. 133 DA C. F	 			a :
-	•	»	•		way ga
_0		*			**
		•	~ **		-
	•	7 294/91			
		0.004./03	1		

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT

Bloco do GPC -Centro Político Administrativo

Cuiaba

MT

CERTIFICO que o presente ex pediente foi encaminhado, co destinatário, vid postal, Auxiliar Judicia

1.4. UC1

A 25.02.92 as 13.50 hs

advocacia WARTER ROSEIRO COUTINHO



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DA MM. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CUIABÁ-NT.



FRANCISCA DE SOUZA SILVA,

brasileira, casada, agente administrativo, domiciliada nesta Capital, onde reside na Av. dos Trabalhadores, Residencial São Carlos, bloco 27, apt^o 404, doravante denominada "RECLAMANTE", por seu advogado "in fine" assinado, com escritório profissional nesta Capital, na rua Galdino Pimentel no 14, 14º andar, Conj. 141/143 (Edifício Paláció do Comércio), onde recebe as intimações de estilo (art. 39. do CPC), com fundamento nos artigos 837 a 842 do estatuto obreiró, arrimado ainda no art. 7º, XXVI da Constituição da República, respeitosamente, vem, a presenca de Vossa Excelência apresentar a presente

RECLAMATORIA TRABALHISTA

contra a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT -, sociedade de economia mista pertencente aos quadros
da Administração Indireta do Estado, doravante denominada
RECLAMADA, que deverá ser notificada na pessoa de seu
representante legal em sua sede social localizada no BLOCO
G.P.C., Centro Político e Administrativo -- CPA-, Palácio Palaguás,
nesta Capital, pelas razões de fato e de direito de ora avante
articuladas

advocacia WALTER ROSEIRO COUTINHO



DOS FATOS .

A RECLAMANTE era EMPREBADA celetista da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO -CODEMAT-, ora RECLAMADA, aonde foi admitida em 16/03/90, sendo sem justa causa demitida no dia 18/07/91. Percebgu como último salário que estava "congelado" desde DEZEMBRO/90, Cr.\$ 84.489,18. Tinha estabelecida como data base para reajuste anual de sua remuneração iº. de MAIO, data essa de forma ampla inclusive disciplinada pela Lei Estadual nº. 5025, de 09 de Junho de 1986; recepcionada pelo disposto no art. 147 da vigente Constituição Estadual, ao determinar que a revisão gerál da remuneração dos servidores "far-se-á sempre na mesma data".

Obediente a essa sistemática legal regente da política salarial que lhe éra aplicável, no dia 28 de julho de 1990, entre o SINDICATO representante de sua categoria profissional e a RECLAMADA, foi firmado um ACORDO COLETIVO DE TRABALHO para viger no período de 1º. de MAIO de 1990 a 30 de ABRIL de 1991, segundo o qual, dentre outros ajustes, foi convencionado em sua "cláusula" I, versante sobre o "reajustê salarial", reajustamento salarial até o mês de AGOSTO/90, estabelecendo-se em sua cláusula 5.2 que

"Fica aberta a negociação a qualquer tempo, em face da situação econômica do Pals".

Coerente com essa situação e com o objetivo de repor pelos indices oficiais do IPC as perdas - salariais consequentes da inflação acumulada no periodo de MAIO/90 a agosto/90, periodo no qual não houve reajustes, devidamente autorizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso então representado pelos senhores Secretarios de Administração e Fazenda, entre a RECLAMADA (-CODEMAT-), representada por sua DIRETORIA EM EXERCÍCIO e o SINDICATO representante da categoria profissional do RECLAMANTE, em 27 de setembro de 1990 foi aditado o Já mencionado ACORDO COLETIVO DE TRABALHO de 28/07/90, firmando-se um TERMO ADITIVO onde pactuado que, "verbis" a

"CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

TERMO ADITIVO AO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, CELEBRADO EN 28 DE JULHO P. PASSADO E REGISTRADO NA D.R.T/MT SOB O N^{Ω} 204/90, QUE ENTRE SI

mdvocacia WALTER ROSEIRO COUTINHO



\$

SINDICATO 200 CELEBRARAM 0 EM DE TRABALHADORES EMPRESAS PROCESSAMENTO DE DADOS DE MATO GROSSO - SINDPD/MT E À COMPANHIA DESEMVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT.

Em reunião realizada no dia 04 de setembro p. passado, o Governo do Estado, naquele ato representado pelos Exmos secretários de Estado da Administração e da Fazenda, representantes dos gervidores públicos estaduals, discutiram as perdas salariais da _categoria e uma nova política salarial a ser aplicada aos vencimentos dos respectivos servidores.

Por decisão unânime dos participantes, ficou decidido e consequentemente oposto competente "Ata de Reunião", que percentuais ali definidos seriam aplicados nos salários dos servidores da Companhia Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT nos itens e condições a seguir:

i- Na próxima data-base da categoria, ou seja MAIO/91 a empresa reajustară o salárlo dos servidores no percentual de 44,80% (quarenta e quatro inteiros é oltenta décimos por cento) referente ao I.P.C. do mês de Abil/90.

2- Nos meses de NOV/90 à ABRIL/91, a concederă um remiuste total de 49,49% (quarenta e nove inteiros e quarenta e nove décimos por cento) referente a inflação acumulada no período de maio a agosto de 1990, obedecendo parcelamento 80 abalxo especificado:

- NOV/90 | 03% (très por cento)
- DEZ/90 1 03% (træs por cento)
- (três por cento) - Jan/91 1 03%
- Fev/91 # 08% (gito por cento)
- Mar/91 | 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco por cento>
- Abr/91 : 12,55% (doze inteiros e cinquenta e cinco porcento)
- empresa pagará, ainda nos meses

advocacia WALTER ROSEIRO COUTINHO



outubro/90, Dezembro/90, Fevereiro/91 e Abril/91, o percentual de 6,09% (sei inteiro é nove décimos por cento), assegurando um crescimento real no salário da categoria.

4- Finalmente, a empresa adotará uma política salarial trimestral, a iniciar-se o primeiro trimestre em setembro/90 e findar-se em novembro/90, onde o I.P.C. acumulado do período, ou qualquer outro índice oficial que venha a substituí-lo, será creditado na folha de pagamento do mês de dezembro do ano em curso.

O I.P.C. acumulado do segundo trimestre, ou seja Dezembro/90 á Fevereiro/91, será creditado na folha de pagamento do mês de Marco/91 e assim sucessivamente.

5- Em atendimento à relvidicação do SINDPD/MT e para evitar quaisquer dúvidas na aplicação dos percentuais dispostos nos itens acima, foi inserido no presente instrumento o quadro demonstrativo abaixos

mes l	Repos.Salarial	Ganho Reals	Politica Salarial			
Outubro		6.09%				
Novembro I	3%					
Dezembro	3%	6.09%	IPC Set/Out/Nov			
Janeiro i	3 x		\$1.0 MeV (Me) (Me) (me) care for one care care care care care care care			
Fevereiro	3%	4.09%				
Março I	12,55%		IPC Dez/Jan/Fev			
Abril	12,55%	6.09%				
Malo I	44,80%					

E por estarem as partes certas, justas eacordadas, assinam o presente termo em 03 (três) vias e ma presença de 02 (duas) testemunhas, que se obrigam a cumprir e a

advocacia WALTER ROSEIRO COUTINHO



fazer por si e/ou seus sucessores, ratificando os demais ítens do Acordo Coletivo de Trabalho ora aditado.

Culabă, 27 de setembro de 1990

DEJAIR DE SOUZA SOARES Pres. do SINDPD JOSÉ MOACIR WITCAZAK Pres. da Codemat

NILZA DA S. TAQUES VIEIRA Delegada

LUIZ ANTONIO POSSAS CARVALHO
Dir. Adm.Financeiro

WALDOMIRO DO ALEM RIZK Delegado JOSE OTTO COSTA SAMPAID Dir. SuperIntendente

BENEDITO RUFINO DA SILVA Dir. de Operações

4.- O RECLAMADO cumpriu parte do pactuado no TERMO ADITIVO, pagando corretamente os reajustes salariais de:

- a) até o mês de DEZEMBRO/91 o previsto na sua cláusula 2, de 3% correspondente ao mês de novembro/90; 3% de dezembro/90;
- b) parte do crescimento real do salário mínimo previsto em sua cláusula 3, correspodente a 6,09% de outubro/90 e 6,09% de dezembro/90;
- -c) Pela mesma forma, pagou no mês de dezembro/96 o porcentual do IPC acumulado nos meses de SET/OUT/NOV/90 (conforme clausula 5).

Nessa sorte, as reposições salariais de 3% de janeiro/91; 8% de fevereiro/91; 12,55% do mês de março/91; 12,55% de abril/91; 6,09% de ganhos reais de fevereiro/ 91 e 6,09% de abril/91; 44,80% de perdas salariais de maio/91, acrescidos ainda do percentual acumulado do IPC de dez/90, jan/fev/91, de 72,87%, não foram pagos pela RECLAMADA, sob a escusa de haver sido expedida pelo Governo do Estado de Mato Brosso, através de sua "Secretaria de Administração", "DETERMINAÇÃO EXPRESSA" no sentido de não mais cumprir o TERMO ADITIVO objeto desta ação.

advocacia MALTER ROSEIRO COUTINHO



DO DIREITO

Do exposto, porém, constata-se que em maio de 1991 o RECLAMANTE já tinham a receber consoante o TERMO ADITIVO, de conformidade com o pactuado, os vencimentos dos meses de JANEIRO, FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E MAIO de 1991, que ja não podiam em razão do implemento do termo a que se referiam e a anterioridade das normas em que fixados, estar sujeitos a qualquer redução.

O ACORDO COLETIVO em referência e o TERMO ADITIVO posteriormente acertado entre a RECLAMADA sob o referendum do próprio Governo do Estado, e o orgão sindical representativo de classe do RECLAMANTE, como negócio jurídico, afinado à legislação então vigente, configurou autêntico ato jurídico perfeito que, na lição de JOSÉ AFONSO DA SILVA, nos termos do art. 50, inciso XXXVI, da Constituição da República, é "aquele que sob o regime da lei antiga se tornou apto a produzir os seus efeitos pela verificação de todos os requisitos a isso indispensável. É perfeito ainda que possa estar sujeito a termo ou condição" (Curso de Direito Constitucional Positivo, pâg. 376, 52 edição revista e atualizada).

A recusa da RECLAMADA em dar integral cumprimento ao TERMO ADITIVO caracteriza inescondível e manifesta Violação aos princípios constitucionais da irredutibilidade dos vencimentos e da intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e dos direitos adquiridos.

A se admitir tal precedente, estar-será viabilizando que referido ato administrativo da RECLAMADA invada o passado, desconheça o ato jurídico perfeito e casse direitos que já se haviam incorporado ao patrimônio individual da RECLAMANTE, efeitos que a Constituição da República expressa e peremptoriamente recusou até a lei.

Não é demais repetir que a negativa de cumprimento integral do TERMO ADITIVO atinge frontalmente o ato jurídico perfeito e os direitos subjetivos, líquidos, certos e adquiridos da RECLAMANTE, como se fosse possível a RECLAMADA ignorar e afrontar as situações jurídicas de vantagem consolidadas, relativas às remunerações já vencidas, através de um ato viciado, arbitrário, ejvado de violência e de manifesta inconstitucionalidade.

advocacia MALTER ROSEIRO COUTINHO



Tanto é verdade, que em sescisões de contrato de trabalho de EMPREGADOS por ela recentemente demitidos, conforme ressalta da inclusa documentação, foi dado integral cumprimento à todas as vantagens pactuadas no Termo Aditivo, configurando a recusa da RECLAMADA em cumpri-lo em relação a RECLAMANTE verdadeiro ato de odiosa discriminação, ferindo mesmo os principios constitucioanais de que "todos são iguais perante a lei". Tal conduta acarreta manifesta lesão aos seus direitos adquiridos, líquidos e certos, e torna necessária a intervenção corretiva do Poder Judiciário para repará-la, restaurando o Império do Direito.

DO PEDIDO

- 10.- Diante dos fatos apontados, o RECLAMANTÉ pleiteia o pagamento com juros e correção monetária das verbas salariais abaixo discriminadas, com aplicação do art. 467 da CLT se não satisfeitas na audiência inaugural:
- a) NOS TERMOS DA CLAUSULA 2, do Termo Aditivo:
 - I-) reposição salarial de 3% a incidir sobre os salários de dezembro/90, a ser pago no mês de Janeiro/91.
 - II-) Idem, de 8% a incidir sobre os salários de janelro/91, a ser pago no mês de févereiro/91.
 - III-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários de FEVEREIRO/91, a ser pago no mês de MARCO/91;
 - IV-) reposição salarial de 12,55% a incidir sobre os salários "de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;
- b) NOS TERMOS DA CLAUSULA 3 do Termo Aditivo:
 - I-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de janeiro/91, a ser pago no mes de fevereiro/91;
 - II-) reposição salarial de 6,09% a incidir sobre o salário de MARÇO/91, a ser pago no mês de ABRIL/91;
- c) NOS TERMOS DA CLÂUSULA 5, do Termo Aditivos
 - I-) reposição salarial de 44,80% sobre os salários de ABRIL/91, a ser pago no mês de MAIO/91.

advocacia "WALTER ROSEIRO COUTINHO



- d) NOS TERMOS DA CLÁSULA 4, do Termos Aditivo:
 - I-) IPC a ser pago no mês de MARÇO/91, acumulado nos meses de DEZEMBRO/90 de 18,30%; JANEIRO/91 de 19,91% e FEVEREIRO/91 de 21,87%, totalizando 72,87%.
- e) VERBA FUNDIARIA sobre letras "a" usque "e", com acrescimo de 40%, como se apurar em regular execução de sentença.
- f) HONORĀRIOS ADVOCATICIOS.

Face ao exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar a notificação do RECLAMADO na pessoa de seu representante legal para comparecer à audiência que for designada, sob pena de revelia e confissão quanto a matéria de fato, devendo, a final, ser a reclamação julgada procedente e condenada a RECLAMADA no pedido e demais cominações legais.

Protestando pela produção de todas as provas em direito admitidas, sem exclusão de uma só, em especial pelo depoimento peasoal do representante legal da RECLAMADA, citiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente e dando-se à causa para fixar alçada o valor de Cr\$ 1.500.000,00.

P. Deferimento.

CUIABA-MT, Julpo 02, 1991

WALTER ROBÉIRO COUTINHO CAB/MT nº 3064/A





NEXO AO P	ROCESSO Nº		··	4	4.072/91	DE 04	/ 11	/ 91
NTERESSADO					•			
					-	··· <u>·</u>	•	
			·		•			_
							 	
	DECD	A	^^ -	1842	~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~ ~		- ~	
	DF2L	ACH	U 5 t	: {NF	ORMA	₹ÇOI	:5	
						•		
								
	·			· <u></u>				
					_			
								-
 								
			=					
		<u> </u>	•					
<u> </u>								
			- 1 - 2 - 1		•			
<u>.</u>			 	•				
				-				
<u> </u>		····	<u> </u>	•				
								··
		<u>.</u>						
		·· · · ·						
								
·· <u>·</u>	·				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
		<u>. </u>						
-			•	-				
								
<u> </u>				· · · · ·			······.	·
								-
				<u></u> <u>_</u>				
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·							
							-	
								



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JUL GAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

4

Processo nº 2004/91.

Reclamante: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Reclamado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROS

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC do MF sob nº 03.474.053.0001/32, sediada no Centro Político e Administrativo - C.P.A. - Bloco GPC, nesta capital, por um de seus procuradores, abaixo assinado, vem apresentar sua CONSTESTAÇÃO, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. A Reclamante foi demitida em 18.07.91, percebendo à época, salário mensal de Cr\$ 84.489,18 (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e dezoito centavos), não sendo verdadeira a frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.



2. E imperioso lembrar, que "A lei es tadual 5.025. de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere a Reclamante, foi modificada pela lei superviniente de nº 8.178 de 01.03.91, que traçou normas e novas diretrizes sobre a política de precos e salários, ficando, portanto, o pedido da Reclamante, pre judicado, em seu petitório no itens 1 e 2.

3. Quanto ao cumprimento do ACORDO CO LETIVO DE TRABALHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no item 3, e que a Reclamante transcreve, a lei 8.178/91, entende que ela é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequên - cia, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo le gal.

Nesse sentido, a douta Procuradoria Geral do Estado, emitiu Parecer de nº 100/91, (em anexo), en tendendo que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e seu respecitivo-TERMO ADITIVO, devem ser declarados NULOS de pleno direito, não se aplicando às sociedades de economia mista, como é o caso vertente.

4. Quando a Reclamante se refere, no item 4, de que a "Reclamada cumpriu parte do acordo", é neces sário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de feve reiro de 1.991, isto é, antes da vigência da lei 8.178, fican do desta forma, prejudicados os valores e percentagens, a que se baseia a Reclamante, no item 5 de sua pretensão inicial.

5. A Reclamada é uma sociedade de eco nomia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a lei 2.626 de 07.07.66, artigo 102.



Nesse contexto, e combinando com o ar tigo 128, parágrafo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere na Administração Indireta do Estado, sujeita, portan to, às várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus fun cionários e dirigentes à funcionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, a qualidade de empresa privada.

E assim que determina o artigo 173, parágrafo lo da Constituição Federal, "in verbis":

"Árt. 173 - ...

Parágrafo 1º - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica su jeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias (grifos nos sos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, a Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto de
monstrar de maneira inequivoca a sua pretensão e tenta ludi
briar a Justiça com pretenso direito e com verbas que são apenas meras expectativas, não gerando nénhum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo, estão sendo questionados na Justica Trabalhista, atra vés dos processos 1.607/91 e 1.920/91, distribuídos na le Junta de Conciliação e Julgamento desta capital e ainda não foram sentenciados.

7. Não hã, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende a Reclamante, pois o festejado e renomado MO-ZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13ª ed. - Ed. fls. 481/482, assim se manifesta:

"I - ...

II - SALÁRIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser pa ga de imediato, em juízo é quela sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte sobre a qual há controvérsia seja favorável ao empregado por ter havido controvérsia nunca será paga em dobro.

8. Quanto ao item 11, suas alienas e incisos, a Reclamante se torna repetitivo, e sua aplicabilida de ou não à Reclamada, está condicionada a validade e ao reconhecimento do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal da Recla - mante, desde já requerido e oitiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que j. esta Pede deferimento

Cuiabá, 20 de janeiro de 1.992.

25

FEVEREIRO

92

CUI ABÉ-LIT

1

2.004 91

FRANCISCA

DE SOUZA SILVA

CIA DE DESENVOLVILIENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

13:50

presen tes, o advogado da reclamante ~. ARCO ANTONIO ROJIEM COUTINIO,OAP/
MT, o reclamado pelo preposto ~L. TIÃO CULIO CORK A COSTA, assistido pela na. ""A LÚCIA ALV "" II A, CA /T 1658. Ausente a recla mante.

Pace a ausência ir justificado da reclamante a 2. Junta determins o rquivamento da reclamatória nos termos do art. 844/CLT.

Custas de C.3 30.638,04, calculadas sobre o valor dado à ação de CRA 1.500.000,00, pela reclamente.

Intimo-se a reclamante para pagar as custas em 05 dias.

^pós o pagamento das custas, remetam-se os autos ao arqui
vo.

Nada mais.

•



EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 1ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JUL GAMENTO DE CUIABÁ - MATO GROSSO.

Processo nº 2004/91.

Reclamante: FRANCISCA DE SOUZA SILVA

Reclamado: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROS

SO - CODEMAT

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, sociedade anônima de economia mista, inscrita no CGC do MF sob nº 03.474.053.0001/32, sediada no Centro Político e Administrativo - C.P.A. - Bloco GPC, nesta capital, por um de seus procuradores, abaixo assinado, vem apresentar sua CONSTESTAÇÃO, no processo acima, e o faz pelos motivos que passa a expor e a requerer:

1. A Reclamante foi demitida em 18.07.91, percebendo à época, salário mensal de Cr\$ 84.489,18 (Oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e dezoito centavos), não sendo verdadeira a frágil alegação de que a Reclamada não quitou, na sua totalidade, as verbas trabalhistas que lhes eram devidas.



2. E imperioso lembrar, que "A lei es tadual 5.025. de 09.06.86, recepcionada pelo disposto no artigo 467 da Constituição Estadual" a que se refere a Reclamante, foi modificada pela lei superviniente de nº 8.178 de 01.03.91, que traçou normas e novas diretrizes sobre a política de preços e salários, ficando, portanto, o pedido da Reclamante, prejudicado, em seu petitório no ítens 1 e 2.

3. Quanto ao cumprimento do ACORDO CO LETIVO DE TRABALHO e TERMO ADITIVO, a que se refere, no item 3, e que a Reclamante transcreve, a lei 8.178/91, entende que ela é CELETISTA, e não funcionário público, e por consequên - cia, está abrangido pelo ditames do referido dispositivo le gal.

Nesse sentido, a douta Procuradoria Geral do Estado, emitiu Parecer de nº 100/91, (em anexo), en tendendo que o ACORDO COLETIVO DE TRABALHO e seu respecitivo-TERMO ADITIVO, devem ser declarados NULOS de pleno direito, não se aplicando às sociedades de economia mista, como é o caso vertente.

4. Quando a Reclamante se refere, no item 4, de que a "Reclamada cumpriu parte do acordo", é neces sário lembrar que tais pagamentos se referem até 28 de feve reiro de 1.991, isto é, antes da vigência da lei 8.178, fican do desta forma, prejudicados os valores e percentagens, a que se baseia a Reclamante, no item 5 de sua pretensão inicial.

5. A Reclamada é uma sociedade de economia mista, com participação majoritária do Estado, de acordo com a lei 2.626 de 07.07.66, artigo 10º.



Nesse contexto, e combinando com o ar tigo 128, parágrafo único da Constituição Federal, a Reclamada, se insere ha Administração Indireta do Estado, sujeita, portan to, às várias determinações emanadas do Direito Público, tais como processo licitatório; análise da legalidade de despesas pelo Tribunal de Contas do Estado e equiparação de seus funcionários e dirigentes à funcionários públicos, para efeitos penais, sem perder todavia, a qualidade de empresa privada.

E assim que determina o artigo 173, parágrafo 1º da Constituição Federal, "in verbis":

"Art. 173 - ...

Parágrafo 1º - A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que ex plorem atividade econômica su jeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhis-tas e tributárias (grifos nos sos).

6. Nos itens 6 "usque" 10, a Reclamante joga com as palavras de maneira confusa, sem no entanto de monstrar de maneira inequívoca a sua pretensão e tenta ludibriar a Justiça com pretenso direito e com verbas que são apenas meras expectativas, não gerando nenhum direito.

O Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo, estão sendo questionados na Justica Trabalhista, atra vés dos processos 1.607/91 e 1.920/91, distribuídos na 1ª Junta de Conciliação e Julgamento desta capital e ainda não foram sentenciados.



7. Não há, por final, em se falar em verbas incontroversas, com o "pallium" do artigo 467 da CLT, como pretende a Reclamante, pois o festejado e renomado MO-ZART VICTOR RUSSOMANO, em "Comentários à CLT" - 13ª ed. - Ed. fls. 481/482, assim se manifesta:

"I - ...

II - SALÁRIO INCONTROVERSO - a PORÇÃO salarial que deve ser pa ga de imediato, em juízo é que- la sobre a qual não há a menor dúvida, sendo reconhecida pelo devedor. Mesmo que a parte so bre a qual há controvérsia seja favorável ao empregado por ter havido controvérsia nunca será paga em dobro.

8. Quanto ao item 11, suas alienas e incisos, a Reclamante se torna repetitivo, e sua aplicabilida de ou não à Reclamada, está condicionada a validade e ao reconhecimento do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo Aditivo.

Protesta provar o alegado com todas as formas de direito admitidas, depoimento pessoal da Recla - mante, desde já requerido e citiva de testemunhas que serão arroladas oportunamente.

Termos em que j. esta

Pede deferiment/o

Cuiabá, 20 de janeiro de/1.992.

Elpidio Orietto



REC — São José dos Quatro Marcos

NEP - Núcleo de Educação Permanente

Núcieo de Educação Permanente Decrete Nº 1420 de 23/02/89 São José dos Quatro Marons - MT

ATESTADO

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que

FRANCISCA DE SCUZA SILVA, portadora da Cedula de Identidade RG. sobnº 98.766/SSP.RO, é aluna regularmente matriculada nesta Unidade de En' sino Escolar sob o nº 120/87, onde concluiu o curso de Suplência de Edu cação Geral - 2º Grau, com direito a proceder estudos em caráter regu ' lar, com validade em todo Território Nacional, de acordo com a funda ' mentação legal, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 25 da Lei ' 5.692/71 dos Pareceres nºs. 853/71, 699/72 e 2.110/76, Conselho Federal de Educação, caítulo III da Resolução 070/84 do Conselho Estadual de -' Educação do Estado de Mato Grosso.

E o que nos cumpre atestar.

S. J. dos Quatro Marcos MT., 28 Dezembro 1.989.

do Núcico do Educação Purmanente

CARTÓRIO 1º OFÍCIO TABELIÃ Olória A. Ferreira Bertoli ESCREVENTES Audemar Ferreira loğo Amadeu Verlanğlest Pedro Cazar Farrelrei

Cares Cossa 14º 663 Pone: 322 - 8609

A presente fotocopia fol par mim conferide

e achada conforme o original.

Em testa A

Cuiabá, MT

República Federativa do Brasi

Estado de Mato Grosso

Comarca, Municipio è Distritò de Gaceres

CARTORIO DO 2º ORICIOI -)	~	
MACKRES & MATO ANO OF PT		CASAMENTO
ARTORIO 2º ORICIO POR ERT		

Marie Sea Loneskeo Lies Ronding

Edgar da Silva Rondon

oriyan de Bles Officiatres Registro Civil do Destrito, Municipio e Comarca de Cáceres, Estado de Mato Grosso

24.3	(Dec	-47		141		24	e Com	larca de Ca	ceres, Esta	do de Ma	io dioseo			4 5 3	
) vê	7	ጎ፟፞፞፞፞፟፟፟፟፟፟	, v	,		t	ŕ			and parties				,	
	20		Ţν	•	Was Bar				1	· *	•			<i>,</i> '	
	774.4	1 3	777	41 27 22	THE PERSON		بر مرامه	682	f	a fla	132	/ do l	livra n.º	B_ 3}	
1 4n 30 3	18F		F		· ••	· •					_			2	
4	23	در:[de renid	tro de i	าลรลกายก็	foenco	ntra-se è	, o assento	ado matr	imônio d	e DEOS	DETE F	RANÇA	DÅS.	
8	27.			1	1 may 14 1	band ba		•	1	,		*****************		. 85-	
,	ΥĞ	*	e ERA	ncisd	A BAT	ISTA	DE SÕI	ĴZA→	!				<u> </u>	*tegi	
	و جا		************	••••]	_ •				` `	
1	L L	₩.	aos	<u>ll /d</u>	ع الله الله	10 m	7	*********	de197	/, ne	st <u>a. Ci</u>	dade	A		
	FEE.	ls.	, G		1				8	,	4.	20 20 1	±	-#24 1	
7		1			والمأثور فستهريخ	ر		[¥, •••••••	.,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	as	エバ・マバニ	ioras, pe	rähte o ji	. (
	捷季	7	7	4			49	T):	'a	- -	<u></u>		-	<u> </u>	•
``	V.,	. 12	Page (-aşamen	tos y " Ę	II.a. I. EM	TTBOU	Pires	hre90	uza			ħ	£	
			tantamı	nhaa ` 8	Turing and the Turi	מאמח	M	^		00 - NC		· •		🗱 🔑 🧎	t
]]	Aceteriio.	niiga (, f.2		ETITOR:T	····пяч-2/8/	reAn	fourer-	29 GO 1-18F	31.60t/	оенетт	·a	* '	ļ.
			*	خ د	40.0	<u> </u>	-		F					*	1
					***************************************	19 g 2 g 2 g	***********	***************************************			**********				ķ.
0			Ele, na	scido <u>~ e</u>	n. Ici o	hares	-Espii	rito Sa	into	<u> </u>				_aos <u>* 2</u> 3_	
ΛO	3					F. 2 ***	,		·*					L	<u></u> ,
	7	1 100	JE III	arço		N. Johnson	<u>≒∴⊱</u> dej∰	L955	com	an	os de ida	ae, prous	ao TBA	Landrik.	1.5
Ž.	12 3	7.				134 A	*boidan	en N	r Mrode	1 A 4	àta'	neate	Monto	and Training	<u> </u>
	o,		A CALLED STATE										:	court was stated	44
	3		filha	القوالموات الاست. مستحد الاستاد	23	Ž [®] de :	FRANCE	ŠCO R	SENDO	DA S	LÍVA			٠٠. تتــــــــــــــــــــــــــــــــــ	1
20	15£		(2, 13.7 ° 19 γ 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1										19 w 44. h	<u> </u>	
300	1		e de do	ha ZI	MAR F	RANCA	DA S	Ļtva							
	L ž														
	, e ë	* .	EJa, na:	scida <u>"e</u> r	m Sao	ždosé	do#i	gi.toP.e	ernamb:	u.co			A	abs Q7	Provider Secondary
	₂ 0		de lag				do ' '	EOES.	com	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	أر مل ومو	läde, pro	fissão	no laj	ا ۴ میگ
	,E, 6	١.	OK WER	A S NAV	W 165	X. 37		1.3.2.U	COM.		100 00 10	inac, pro	,,,,,	.MAX/,,,duChili	·Merri
	7.0		. V 	<u> </u>	- 20	·	residen	te em A	lirass	ol d'(este.	nêste	Estad	0 =======	4
	126	1	W. William	***************************************	v (1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1	,				\$\forall Theory Tile		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		****	
2°\\\	1	<u> </u>	filha			··· de	CI CER	inOLEG/	ARIO D	E.SOU.	A				
1957		. 5			43 A 3 V.	·/	نها ا	¥	ــــــــــــــــــــــــــــــــــــــ		' §		***	* **	
	44	34.	e de do	ona <u>M</u>	ARIA.	DE TO	URDES	BATISI	la de	SQUZA.					:: :::: :::
4	1.5	12.0			4.2	5(y y). 'a⇔ada 1001	^{ል ዓ.}	MAL DE) HOTTE A	OTTÝ		ļ		138	J
نوارد باد. م		100						ECA DE							فأنتصنا
		23.	Lacame	nto rea	í Írados i	elo seo	ime "ď	A., comul	h oëdr	ễ héng	٠.٤. ١	4	<u></u>		
77. 1	***	~ , , ,	A Casamic	into "rea	arabade 4	200									
	134.	r el Pausura	Observ	acões: →		10 10 10 m	إنجام برق	ا در المستودية ع	1		**************************************	F 1		41 Managarija - 124	المادين. المادين
7.00				-				2	蒋 .		i said		1 m	A CONTRACTOR OF THE CONTRACTOR	
_							A Translate					Y 			· 🔥
			Par in	3 - 2	Fred A	£ 1		The last of the la	;		. > m=4 4 , §			424	(3
٠,		54.7h	,		ૢ૿ૻૺઌૢઌૻ૽ૡ૽ૢ૽૽૽ ઌ			7			, _	************		Sie.	Į.
7		441			**************************************		, ₇ , ,	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		yr 			*****	*1.	,
. 1	A Carl	· 6 cm	4040-448-48-48-4		-1			S L .						* * * * *	

O referido è verdade e dou fé.

Cartório de Paz e do Registro Civil de Cáceres, 11 de maro de 19 7



PODER JUDICIARIC - JUSTIÇA DO TERRITÓRIOS

COMARCA DE PORTO VELHO — RINDÓNIA

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSACI IMIURAIS

ALBINO LOPES DO NASCIMENTO - Titulor

PEDRO JOSÉ DO NASCIMENTO JUNIOR-Substituto

ANTONIO ENEA FROTA MENDES-20 Oficial

OFICIALS

NASCIMENTO N.O 90_023

CERTIFIC() que, às folhas 52v do livre N.º A- 740 de Regis	tro d
Nascimentos, foi lavredo hoje, o assento d : DAIANE DE SCUZA SILVA	
•	
mascid <u>a mos doin (02)</u> de <u>iumoina.</u>	
de mil novecentos e oi enta dois(2002) as oo horas e 57 m	inuto
em <u>ligitermi lide</u> <u>liting Valgo</u> , thorba	
de_ Doordate Tropos o Silvo	
natural de Est. de Est. rito Eta to	
e de Trancisca de Sousa (il) va	
anturel.do Tet. de Ferma huss	
Sendo vás paternos Promotino Dor mar de Colling	
a cona Ci_Led Tiv .çc &c Cilw	
e maternos Chosmo 10 grado 66 (symile-	-
e dona	
Foi declarante: 0 proprio : 1 //	-
e serviram de Testemunhas: Curvio (Natio) de la	_
e Cipone Firmoire Faurou.	
Observações: 0 m/ _cubo lipitino Coi felto /o /tela : 0 . 50	
1:2/ .cab et 12.20.73	
O referido é verdade e dou .	
78:900 - Porto Velho RO de 3 198	,
7. de je	ر
	†
	16

						F	ic	h	a	d	е	(0	n	tr	ol	е	(d e	:	F	ér	ia	s		:
NOME: FRANCIS	CA	DE	s	ouz	A	SI	LVZ	<u> </u>									•		•						<u>. </u>	
DATA ADM. 16.0	3.9	0						C	ARG		. AI	IMC	NI	ST	RAT	ΓΙV	70					LO	TAÇĀ	iO:		
												M	ÊS	Ľ	E	G	0	z 0	•							
Período Aquisitivo	Jan	Fø	₩ War	Apr	īğ Z	, dg	马	Ago	Set	ş	Nov	Z90	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jan	La La	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Período de Gozo	Clente
																			İ							
											_															
•				T																						
											_															
																										· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
; · · · · · ·											<u> </u>								_							•
				T	<u> </u>			†								_			-		-				:	·
											Ϊ_			_												
					1	<u> </u>	†	 											-							
GOZADAS	•						7 1	υλο	GOZ	ADA	s		_							•	v	isto:	•		<u> </u>	

	CODEMAT
	Proteonio No. 897/9/
	Persona II-
	Deta/04 104,191.
<	Lituation
	Sarvigo de Projentir

Νō	PROTOCOLO	897/91	
NΩ	PROCESSO:_	658/91	

DATA, 04 / 04 / 91

_	INTERESSADO		<u>*</u>	 	
	sine/mt				
				,	

ASSUNTO _____

FAZ RETORNAR A SERVIDORA FRANCISCA DE SOUZA E SILVA, CONFORME OF. Nº CO7/SINE/MT.



Governo do Estado de Mato Grosso — SEJUS

Of.: nº 007/SINE/MT

Cuiabá, 02 de abril de 1991.





Senhora Diretora:

Estamos encaminhando a esta Empresa, a funcionária FRANCISCA DE SOUZA E SILVA, para retornar às suas atividades, salientando que durante o tempo que esteve a disposição do SINE/MT, não houve nenhum fato que desabonasse sua condúta e ao mesmo tempo informar que prestou serviços indispensá veis ao programa.

Com votos de estima e apreço agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente.

Maria do Socorro de Sousa Araújo Coordenadora Estadual do SINE/MT

Ilms Srs.

Drs Terezinha Porto

MD. Diretora Administrativo e Financeiro - CODEMAT

Nesta

SINE/MT - MATRIZ

Rua Campo Grande Nº 156 Esquina c/ Rua Pedro Celestino Nº 60 Telefones: 321-6530 / 6416 CEP. 78.000 — Cuiabá Mato Grosso





AQ PROCESSO Nº 658/91	DE_04_/_04
ESSADO(A)	
то	
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
-	•
DECRACHOO E INCO	
- DESPACHOS E INFO	KMAÇUES
A DTAF	8001
11 . 100	15/4/3/
	10/1/3/
\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\\	
	<u> </u>
	-
-1 Ocal Died bar	conficient e
millionies do Subacho danna	on 15/04/91
	/ , / /
	94/4/
	carte.
7	
Ricarte do	Freitas Junior
Director A	4 Sterender
Diretor A Ct	dm, Financeiro DEMAT
A' DRH Poso providences 66	dm, Financeiro DEMAT DUÇOSCU P
A' DRH	DEMAT DUÇOSEU E
A' DRH Poron providences, cos decisod do DIPR.	DEMAT DUÇOSEU E
A' DRH Poso providences 66	DEMAT DUÇOSEU E
A' DRH Poro providences 66 - decisod do DIPR. Emissipa	DEMAT DUÇOSEU E OFI/91
A' DRH Po-sor providences 66 - ésec isod do DIPA. (Fundamines Mistam de B	DEMAT DUCCOS EU C DEV/91
A' DRH Poro providences 66 - decisod do DIPR. Emissipa	DEMAT DUCCOS EU C DEV/91
A' DRH Po-lor plovideuscos ss - desciod do DIPR. Cundification de B Confidenadora CEA	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
A' DRH Po-sor providentes of 68 - de cisod do DIPR. Cundification de B Confidentes CEA Confidentes CEA Confidentes CEA	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
A' DRH Po-lor plovideuscos ss - desciod do DIPR. Cundification de B Confidenadora CEA	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
A' DRH Po-sor providentes of 68 - de cisod do DIPR. Cundification de B Confidentes CEA Confidentes CEA Confidentes CEA	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
A' DRH Po-sor providentes of 68 - de cisod do DIPR. Cundification de B Confidentes CEA Confidentes CEA Confidentes CEA	DEMAT DUÇOS EU E ON OPEN PROVINS DIAN
Potor providentes 68 - decisod do DIPA. Canada Bedruiges Mislam de B Confidenadora CEA Onto Osloy 31. Onto Osloy 31.	DEMAT DUÇOS EU E ON OPEN PROVINS DIAN
Potor providentes 68 decisod do DIPA. Cually D. Bedruiges Mitiam de B. Confidenadora CEA Vilazio de Attuda Pinto Chefe da Divisso de Recursos Humanos	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
Potor providentes 68 - decisod do DIPA. Canada Bedruiges Mislam de B Confidenadora CEA Onto Osloy 31. Onto Osloy 31.	DEMAT DUÇOS EU E DIAS DIAS
Potor providentes 68 decisod do DIPA. Cually D. Bedruiges Mitiam de B. Confidenadora CEA Vilazio de Attuda Pinto Chefe da Divisso de Recursos Humanos	DEMAT DUCCOSCUE DIAS MEIOS MONSONION.
Potor providentes 68 decisod do DIPA. Cually D. Bedruiges Mitiam de B. Confidenadora CEA Vilazio de Attuda Pinto Chefe da Divisso de Recursos Humanos	DEMAT DEL COS EU C DEL COS EU DEL

FICHA FINANCEIRA

					<u></u>			, 11 11		IA 17 IA								
Apartir	Venc.	ے ا		Outros	Nome: FR	ANCISCA D	E SOUZA S	SILVA	 _		_	Data	da Emissão: ¹	6 / 03 /	90		o N.º	
de	Padrão	Gr	atificação	Coiros	Profissão:	•					:	Class	e:			Ser Cód.		2 8 3
_	<u> </u>	_			Cargo: AG	ente aimi	NISTRATIT	70 ~				Nive	l: 15				ícula N.º	
<u> </u>	 				Exercício:								Dep. Econ. I	nn Dand		ICz\$_		
<u> </u>	<u></u>	_				1 991		<u> </u>			-		-	_				
					Lotoção:					····			Dep. Econ. S			Cz \$		
ESPECIFI	CAÇÕES	CÓD.	JAN.	FEV.	M A R.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	A 6 0.	S	ET.	OVT.	NOV.	D	EZ.	13.° SAL.	TOTAL
Salário			1930337	F-0810F	F.181.04	£008620/							<u> </u>					40186.77
Representaç	M Pres	deo	790700										 		<u> </u>			
Horas Extra	15 CM	alle	663575			ļ								··				
Insalubridad				<u> </u>				_					<u> </u>		} -			
Diferença Sc	alário	<u> </u>											·					
Diárias				<u> </u>	<u> </u>													1
Férias			, <u> </u>		3	5) - 5						-						·
Adicional	<u>2% </u>	L	<u> </u>	<u></u>	7,403,42	<i>9702'67</i>	<u>56</u>	<u> </u>					1		 -			
, , , , , ,			<u> </u>	 	 	 									 			
Abono Pec			ļ <u> </u>	 	<u> </u>	<u> </u>							<u> </u>		├		-	
AJ Custo			<u></u>		 													
13.º Salária			ļ	 	 			 -					<u></u>		-			
Salário Fam		<u> </u>	0) 00 50		 	 			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			:						
TOTAL DOS	PROVENT.	ļ	3783829		 -										 			
IAPAS		.	1933.9	- —-		 						•	 					!
Contribuiçã		ļ	NO 500	12000	91		, 	<u> </u>					 		 		57	7.45°CO
Seg Boa V		\	2.18 CC	7240m	7,7800												<u> </u>	3 10.00
Capemi Cor		-	 	<u>-</u>	 	 		<u> </u>										
Сарелі Se		+	1220	<u> </u>	·	 	<u></u>	.,							1			
Imposto de	Kenda	 	7973'00	· •	 	 				-							· • · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
ASPEMAT	.l. D4	┤			- 	 -	 -	<u> </u>			•		<u> </u>		 			
Anulação o		+-	 	 		 	_ _						<u> </u>					
D.B./A.S.C		 	-	<u> </u>		 										_		
Adiant. Sal	NEKAAT Z	╁╌┈	7280	\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	+	 	٩	-					1				- Q	
Volonto-	Sout on	╅┈	20112,78	300003	233300	205416	55	_									55	30427B
mul.	1. Fr	1—	0,9/4/4	2 100 IN	U	20247e				_							69	30427B.
Ticket of	jarao	+-	~1007 A CA	7 1 7 7	mace) J7.000,00	63	<u> </u>					<u> </u>					
INCKET; 12	wy.	+	+	 	1,2,000	,,,,,,,,,,,	 		.,									
		+-		 	+ $ -$			T										
		1	 	 - 	 													
		 	+	 														
		 	 	 									ļ					<u> </u>

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

Nº DA MATRÍCULA		4 - ANOTAÇÕES	
\	DATA	(ALTERAÇÕES) VENCIMENTOS E CARGOS	VALOR
	16.03.90	AGENTE ADMINISTRATIVO N-15 R.04/90	19.457,33
:co	16.03.90	REAJUSTE SALARIAL N-15 RES.06/90	19.478,28
MT	01.04.90	REAJUSTE SALARIAL N-15 Res.07/90	25.321,76
		· ·	30.386,11
CASADA	01.06.90	REAJUSTE SALARIAL N-15 RES.12/90	34.944.03
<u> </u>		·	36.341.79
<u> </u>	!	·	39.136,47
·	·	· • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	41.519,88
	l [·	42.765,48
·		·	70.186,71
MT		•	72.292,31
3	Q1.02.91	REAJUSTE SALARIAL N-15 RES.02/91	82.832,53
			•
NISTRATIVO			İ
PERÍODO DE GOZO			1
]	•	
	İ		
		·	
<u></u> -	ļ		ĺ
	İ		
			j
	CO MT ESTADO CIVIL CASADA 12 / 06 / 70 TAR ESTADO MT 3	CO	### ANOTAÇÕES A ATA

JAC DE C	ONTR	AIU-DE-I	RABALHO	CGC - CARIMBO PADRONIZADO (EMPRESA)
POR PEDIDO DE DISPEN	NSA	POR DISPENSA SE	M JUSTA CAUSA	
POR ACORDO		POR DISPENSA CO	M JUSTA CAUSA	283
EMPRESA		,	 	
ENDEREÇO				_
AVIOLOGIC			T	
ATIVIDADE			CGC/MF Nº	MATRÍCULA NO IAPAS
FGTS - BANCO DEPOSITÁRIO			AGÉNCIA	Nº CONTA
EMPREGADO Froncisco	2. de	fours.	silve.	Nº E SÉRIE DA CTPS
Nº PIS	REGISTRO	CARGO		ADMISSÃO /6-03.90
DESLIGAMENTO Em 16, 3 M971	A/ISO PRÈVIO	<i>J</i>	DECLARAÇÃO DE OPÇÃO 	MAIOR REMUNERAÇÃO NOS 84:489.18
	DIS	SCRIMINAÇÃO	DAS VERBAS PAGAS	
Indenização	ance NC+		Comissões	NCz\$
Indenização Aviso Prévio	anius NUZi Niか~	84 489 18		NCzł
'13.º Salário	/ NO-	28 163 08		
Salário - Família	NC		Ad. Periculosidade	" '
Férias Vencidas (o acrées 10)	102	84.489.18		
Férias Proporcionais (17 miles 14)	3//2 NC2	21.122,31		NGZ\$
Prejulgado 14/65	.//3 NCz	35.203.8>		NC2 5.857,92
Prejulgado 20/66		\$	FGTS - mês anterior .	NCz\$ 6.759,/3
	NCz	3 224.06	FGTS - 13° Salário	NCz\$
Lei Nº 6708/79 - Art. 9º		708425	Artigo 22	NCz\$
	LU NCZ	<u>84.489.7</u>	FGTS - (%) s/ NO	NCZ\$ OQ CII 16
***************************************	NCz	.	FGTS - (%) s/ NC	Z\$ NCZ\$ 60.977.00
			TOTAL BRUTO	NCz 582.951,72
		DESC	CONTOS	
IAPAS	NCz	.		
IAPAS 13º Salário				-
Adiantamentos	NCz	.		
***************************************	NCz	.		
***************************************	NCz	.	******************************	NCz\$
				NCz\$
Ponshi da	firma aoima	a quantia líquida	do NC28	
(
•				contra o Banco
		, соню ра	gamento de meds difei	tos na rescisão contratual.
DOCUMENTOS APRESENTADOS	Data			
	<u> </u>		EMPREGADO	
FGTS - Guias 6 últimos recolhimentos, inclusive sobre o més da rescisão.			**************************************	1007
Autorização para Movimentação da Conta Vincu-			EMPREGADORA-PREF	······
lada (AM); Pedido de Dispensa (3 vlas);		ASSINATU	RA DO RESPONSÁVEL, EM CASO	DE EMPREGADO MENOR
Rescisão (em 4 vias);	PARA USO DA	REPARTIÇÃO		
Uvro ou Ficha Registro de Empregados - LRE;	REGISTRO			
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; Procuração.				
	LIVRO	<u> </u>		
	FOLHA	[]		
(tillibra)	Ш			CÓD. 15.11
(umaga)				- COU. 10.10

	TERMO DE R	ESCISÃO DO CO	ITRATO DE TR	ABALH	0	oo Para uso do processamento
IDENTIFICAÇÃO					01 Carlmbo padronizado d	o CGC
02 Empregador	-4	•	es Código)		pr 096 50
04 Endereço	•	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			FRTS	86.896,50
T Rua	Rui Boubos	a , 210_Ce Município	cotro.	06 UF	**	* * * * * * * * * * * * * * * * * * *
	ſ					* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *
os Banco	10 Agência/UF		11 Côd. Ag	encsa		,
12 Empregado	ancisca ou	Sou 7a	Si Lia		13 Carteira de Trabalho (871199 INT
HIALPIS/PASEP	6 1. 932.3	regado 16 [9ta nascimento 17 7.08.58	Data adm	issão 16 Data opção 3.90 16.0:	19 Data afastamento 3.90 18.07.9/
20 Maior remuneração	21 Aviso prévi	0 22 Pens, Alm. 23 (S.J. C			24 Cód. saque
			<u> </u>			
	BO DAS VERBAS RESCISÓRIAS Valor	26 Saldo de salários	Valor	<u> </u>	27 FGTS-multa rescis.	Valor
anos	Turo		64.431	.36.	<u> </u>	45.697,62.
Aviso prévio	trab.	Comissões	·		TOTAL BRUTO	605.797,42.
31 13º salário 	62.641.67.	32 Horas extras			DESCONTOS	•
33 13 ⁹ sal. Inden. /12 avos		34 Gratificação	<u>. </u>	•	35 Previdência	33.558,03.
36 Salário-lamília		37 Adicional Insalubri- dade/periculosidade	•	• ;	38 I Q Q F Previdêncie 13º sal.	
39 Férias vencidas		40 Adicional notumo			41 Adlantamentos	13: 505, 21.
42 Férias proporc.	107.385,67.	43			44	
45 /12 evos	35.795, 24	Maio 191	107.385	,67	47	
1/3 salário s/ térias	47:726,97.	Sun ho 91.	107.385	,67	50 TOTAL LIQUIDO	
48 Sal. maternidade	•	mês anterior	27.347	, .5.5	RECEBIDO	558.734.18.
51 Data de homologaç	ão 52 Carimbo e assinatura o	do empregador/preposto	•	· }	impressão digital Empregado	54 impressão digital Responsável legal
					,	
65 Assinatura do emp	regado					
56 Assinatura do resp	onsável lenal				· ·	
Pagainta do 100p	oring a president			. ,		
RECIBO DO FGTS			1		58 Data recepção pelo Bar	nco
	ura autorizada da empresa	- <u></u>	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-		,
			•	}		*
59 Sacador - Nome			<u></u>		60 Carim	ho da anfincia
Oddadi - Home					mon)	bo da agência a CSA/CIEF - 47/74)
61 Valor do saque - D	epósitos 62 Juros e co	xreção monetária	63 Total do saque		,	·k*
64 Impressão digital	65 Impressão Digital	66 Assinatura do s	acador		•	
Sacador	Responsável legat	eg a	المعالد والمعالد	<u> </u>		• •
		67 Assinatura do re	esponsavei legal	•	·	,
		Autenticação			•	
,*.			, .			<u></u>
-						(William) CÓO 15

TERMO DE RESCISÃO: DO: CONTRATO: DE: TRABALHO

oo Para uso do processamen

WSG906MA A JAKA PAIR COMMSC 2 LOBELLY N **WENTIFICAÇÃO** வடு முருவர் 72% வரித் 3 16000 os 66dfgg+2 of 100s 02 Empregador CODEMAT -Campo 8 a 10 - Norte do banco e respectiva ao 04 Enderaço ODATES OR O. M. MALLO: MER A. La dencia Materia A. M. A. L. M. A. D. C. C. C. C. T. A. M. A. D. T. C. Campo 15 - Willington de la controcação do empre PALÁCIO PAIAGUÁS 05 CEP os Baino o7 Município 08 UF 78000 CPA CUIABA $\mathbf{M}\mathbf{T}$ Compo 27 A - Ba 2 do evento. og Banco 10 Agência/UF 11 Cod Agencia Campo 200 av Parcentist a ser letter to safford: BEMAT BOSQUE astamento, ex.: Disponsa sem justa causa, pevido de deifilsató, exurção da eniplesa, termino de contrato obspanda 121 19 Cartelus de ट्रिकिटी की एक इसी दें कि के नाम क MT FRANCISCA DE SOUZA SILVA 14 PIS/PASEP Coord de son de la firmation de la la la contraction delectron de la contraction de la contraction de la contraction de 19 Deta ziastamento 1.011.961.932 3 logicar o sensimale d respector pare descritivoscicios, de crord con as disposições legais vigentes. <u> 198907.91</u> 22 Pens Alm 20 Maior remuneração 34 Cod saque 21 Aviso previo 23 Causa afastamento 54,489,18 18.06.91 POR DISPENSA PICCRIMINAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS and the main intermet. The 26 Seldo de seláricos 27 FGTS-multa rescis. Valor : دة.Valor 18 50,693,58 40 46.068.89 מחיים כה ספרספותה פסיכים חד במסעיב SO BICIEV ED TOTOLO: TOTAL BRUTO TRABALHADO Comissões *CIV 36 2 5774994013 31 13º salário 32 Horas extras 49.285;39 " DESCONTOS 33 13º sal. Inden. Gratificação Previdência /12 avos 34.344.87 36 Salado familia 37 Adicional lusalubridade/periculosidade Previdência 139's TRRE (40 ABRIL 191 Férias vencidas 34,489,18 8.350,09 84.489.18 42 Férias proporc. 4 ODONTO 28.163,08 MAIO/91 84.489,18 2,954,16 47 TIKET: 330) JUNHO/91 1/3 salário s/ lérias 37.550,75 84.489.18 ALIMENT 7.000.00 48 Sal. maternidade FGTS-mês rescisão 50 TOTAL LIQUIDO : 47°C 4 28.275,72 RECEBIDO 5**15.**345.01 52 Carlimbo e assinatula Impressão digital (3) Impressão digital 00-loce Empregado . J Aida Responsavel legal Odeta Pinkeiro da Silva Adm. Fin Chafa Setor Adm. Possoal ss Assinatura do empregado rauliseo Assinatura do responsável legal 58 Data recepção pelo Banco RECIBO DO FGTS 57 Carimbo e assinatura autorizada dá empres QQCarre i inneico da Silva Adm, Fic. efe Setor Adm. Possoal CCDEMAT TAMBCDD -59 Sacador - Nome 60 Carimbo da agência (norma CSA/CIEF - 47/74) FRANCISCA DE SOUZA SILVA es Total do saque 61 Velor do saque - Depósitos Juros e correção monetária 64 impressão digital 65 Impressão Digital 66 Assinatura do sacador Responsável legal 67 Assinatura do responsável legal





Poder Judiciário Justiça do Trabalho Tribunal regional do Trabalho 23ª região

1a JCJ de Cuiabá (MT)

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo Ng 698 / 92

JULHO do ano de Mil Movecentos e NOVENTA E TRÊS , no (a) C.P.A. C.P.A. C.P.A. C.P.A. Contra: CIA DE SOUZA SILVA Contra: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO para a cobrança da dívida de Mcris 100.602.205,52 (CEM MILHÕES, SEISCENTOS E DOIS MIL, DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS. X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X		Aus 29 (VINTE E NOVE) dias do mês de	
Tea cumprimento ao r. Mandado expedido pelo MM. Juiz Presidente, na execução Nº 698 / 92 Novida pERANCISCA DE SOUZA SILVA Contra: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO para a cobrança da dívida de Meis 100.602.205,52 (CEM MILHÕES, SEISCENTOS E DOIS MIL, DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.X.X.X.X.X.X.X.X.X procedi a PENHORA E AVALIAÇÃO dos bens a seguir enumerados: NCZ\$ 1) IM VEÍCULO FUSCA VW — ANO MOD FAB 1984 — COR REGE — CHASSI FP 002263 — PLACA MT 0708 — em bom estado de conservação e funcionamento, que encontra-se na SEPLAN/CONTRATO DE COMODATO. NO 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA— TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,000.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.		do ano de Mil Novecentos e NOVENTA E TRÊS , no (a)	
Rovida pERANCISCA DE SOUZA SILVA Contra: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO para a cobrança da dívida de Mcz\$ 100.602.205,52 (CEM MILHÕES, SEISCENTOS E DOIS MIL, DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.x.x.x.x.x.x.x.x.x procedi a PENHORA E AVALIAÇÃO dos bens a seguir enuserados: NCZ\$ 1) LIM VEÍCULO FUSCA VW - ANO MOD FAB 1984 - COR BEGE - CHASSI FP 002263 - PLACA MT 0708 - em bom estado de conservação e funcionamento, que encontrase na SEPLANICONTRATO DE COMODATO. Nº 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA- TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	C.F.A.		
para a cobrança da dívida de Ncz\$ 100.602.205,52 (CEM MILHÕES,SEISCENTOS E DOIS MIL,DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X			
pars a cobrança da dívida de Nc2\$ 100.602.205,52 (CEM MILHÕES,SEISCENTOS E DOIS MIL,DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	Contra: CIA	DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
MIL, DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X	para a cobrança	da dívida de Noz\$ 100.602.205,52 (CEM MILHÕES, SEISCENTOS E	DOIS
Noz\$ 1) LUM VEÍCULO FUSCA VW - ANO MOD FAB 1984 - COR BEGE - CHASSI FP 002263 - PLACA MT 0708 - em bom estado de conservação e funcionamento, que encontra-se na SEPLAN (CONTRATO DE COMODATO. Nº 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA- TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	MIL, DUZEN	TOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS.X.X.X.X.X.X.X	
1) LIM VEÍCUIO FUSCA VW - ANO MOD FAB 1984 - COR BEGE - CHASSI FP 002263 - PLACA MT 0708 - em bom estado de conservação e funcionamento, que encontra-se na SEPLAN (CONTRATO DE COMODATO. Nº 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA- TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	procedi a PEN		
FP 002263 - PLACA MT 0708 - em bom estado de conservação e funcionamento, que encontra-se na SEPLANICONTRATO DE COMODATO. Nº 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA- TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	1) IIM ITDÉCTIO	Noz\$	
funcionamento, que encontra-se na SEPLAN (CONTRATO DE COMODATO. Nº 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA- TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x			
VALOR TOTAL - Nc2\$ 150.000.000,00 CENTO CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X			
VALOR TOTAL - NC2\$ 150.000.000,00 CENTO CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	Tunctoname	ento, que encontra-se na SEPLAN (CONTRATO DE COMODATO	
VALOR TOTAL - NC2\$ 150.000.000,00 CENTO CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	Nº 5961),	conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA-	
VALOR TOTAL - Nc2\$ 150.000.000,00 CENTO CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X			
VALOR TOTAL - Noz\$ 150.000.000,00 CENTO CINQUENTA MILHÕES DE CRUZEIROS.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x. Tudo para garantia da dívida referida na Mandado, e para constar, eu abaixo assinado, Oficial de Justiga-Avaliador, lavrei o presente auto, que assino. RESSALVAS:			
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X		,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X			
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X			
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	•		
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X			
CENTO CTNOHENTA MILHÕES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	***************************************	VALOR TROTAL North 150,000,000,00	
Tudo para garantia da divida referida do Mandado, e para constar, eu abaixo assinado, Oficial de Justiça-Avaliador, lavrei o presente auto, que assino. RESSALVAS: ***********************************	(CENTO CINC	VIENMA MITTIÓNO DE ODUCATADO	
RESSALVAS:		MININE MILIBORS DE CRUZEIROS.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.	
RESSALVAS:	Tudo para garant	ia da dívida referida po Mandado, e para constar, eu abaixo assinado. Oficial	
1 & auxoci	de Justiça-Avali	ador, lavrei o presente duto, que assino.	
1 & auxoci	BESSALVAS: -X-X	TOWARD X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	
DETICIAL DE HIGHTON		1 Klair	
		OFICIAL DE JUSTIÇA	

T.R.T. 1.1.1216

AUTO DE DEPÓSITO

γ
Ápós a lavratura do Auto de Ponhora, fiz o depósito dos bens Ponhora dos em mãos do Sr.(a):CARLOS AUGUSTO DE ARRUDA GOMES
Nacionalidade: bras. Estado Civil: casado
Cart.Identidade Nº 127.695 Orgão Exp.: SSP (MT) Data Exp.: / /
CPF: 043.867.601 / 72
filiação: BENEDITO GOMES DA SILVA
MARIA HELENA DE ARRUDA GOMES
residente nesta Comarca à: RIIA GONÇALO GOMES Nº 450 - bairro da MANGA,
VÁRZEA GRANDE (MT).x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
o qual como FIEL DEPOSITÁRIO se obriga a não abrir mão dos mesmos, sem autori
zação do MM. Juiz Presidente da Junta, sob as penas da lei.
Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente « Auto .
que assino, juntamente com o Depositário.
Cuiaba 29 de Julho de 1993.
FERNANDA LUGIA OLIVEIRA DE AMORIM Carlos C. C. Gomes Director Presidente
Director Presidente CODEMAT
CERTIDÃO
CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da PENHORA E AVALIAÇÃO referida no Auto retro, bem assim de que tem o prazo de 5 (CINCO) dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo o mesmo RECEBIDO-RECUSADO
Cuiabá . 29 de Julho de 19 93. OFICIAL DE JUSTIÇA C.DISOSITMANO Presidente CODEMAT
OBSERVAÇÕES: x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

OTIZOSEDEDEDEDEDENIO

CASADO 118 15 SEPLET 20556651-33 INCORPORATION	Apos a lat	/ratura do Auto de Pení		7	BRAS	
III STATAS STRASTIEST E ATTS MATTEL STRASTIEST SIGNATURE DESCRIPTION TARGET BANCO DO BRASTI. S/A qual como FIEL DEPOSITÁRIO. se obriga a naciabilima o desmesmos, sem autorização do MM. Juia residente da Junta, sob as penas da le la como se como depositário pera constar javeje o presente Auto que assimo, juntamente com o depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como depositário de como de c	CASADO	.118 1455	83P(MT)	,_20655	NACIONALIDADI	E
STRASTIEST B. ANS. MACO DO HEASTI. S/A qual como FIEL DEPOSITÁRIO, se obriga a nacionima desmesmos, sem autorização do MM. Juis residente da Junta, sob as penas da lei alto, assim, o depósito, pera constar, lavrei o presente Auto, que assimo, juntamente com o depósitário nega evel contra de proposito de 19 CENTIDÃO CERTIDÃO STADO CIVIL	ীল সাম্ব	IDENLIDVOR 15 15	The state of the s	CPF	* 1	
certifico e dou fe que intimei o executado para ciência da penhora e avaliação referido autor retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresenta mbargos, tendo o mesmo OFICIAL DE JUSTICA PROSENTARIO DEVISIA DE JUSTICA DE LA DISPOSIÇÃO DO JUNEA A TUMA A RIMANSETA.	•	STRASTERKT	ATOR	MOTEL STR	ASTWSKT	Post and builtful discountings
certifico e dou fe que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresenta no prazo tendo o mesmo recusado recusado			<u> </u>	، ليامر إن		A
esidente da Junta, sob al penas da jel no con acesta de la compositio, assim, o depósito, para constar, javrej o presente Auto, que assimo, juntamente com o depósitado de 19	_		, x.1.	* *****		
COLANA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JA ATOMA APPLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JACONA APPLICADO DE APPLICADO DE APPLICADO E A DISPOSIÇÃO DO LA DISPOSIÇÃO DO LA DISPOSIÇÃO	ıµal, como FIEL l	DEPOSITARIO se obri		The second secon	os, <u>sem</u> autorizaç	ao do Mivi. Juiz
ento, assim, o depósito, para constar avrej o presente Auto, que assimo, juntamente com o depósitário de de 19 COTANA AN ELEMENTE DE JULHO de 19 CERTIDAO	esidente da Jur	rta, sob as penas da le	HO YOUR? & C	Haragan -	51D	PARATE "
CERTIDAO CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida para ciência da penhora e avaliação referid	ito, assim, o dep	osito, para constai Javr	ei o presente A	uto, que assini	o, juntamente cor	n o depósitário.
CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIFICO E DOU FÉ que intime o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar mbargos, tendo o mesmo RECUSADO RECUSA	A high chair to		-	TANAL		WEEKAES IN
CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIFICO E DOU FÉ que intimet o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar mbargos, tendo o mesmo RECUSADO RECUS	EC.: , I III.	different in		OTTAID .	7	405 445
CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIDAO CERTIFICO E DOU FÉ que intime o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar mbargos, tendo o mesmo RECUSADO RECUSA	de de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de La companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la companya de la co	COLANA		HILL	0.25	de 10
CERTIDAO CONTRACTO CONTRACTO	,	γ - 1 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 7 - 		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		A CHINAMA
CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresentar mbargos, tendo o mesmo RECUBADO RECUB	ξ		1	7 7 77 777 1 973	St. A. A	Prosimile
CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida por a contra desta data, para apresental mbargos, tendo o mesmo RECEBIDO CONTRA SE RECUSADO RECUSADO CONTRA SE RECUSADO R	A	X = X			1000	1
CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CERTIDÃO CONTRACT CONTRA	A 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	OFICIAL DE JUS	TICA	SP/MILE	DEPOSIT	RIO -
CERTIDÃO CERTID	A TOPHY	والوجائية والمستروبين والمستروبين				No.
CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresental mbargos, tendo o mesmo RECURADO RECURAD	•	A ALLESA MENERAL	15.44667.234		CACAMINA WARE	The state of the same and
CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresenta mbargos, tendo o mesmo RECUSADO RECUSADO de de 19 OFICIAL DE JUSTICA TATUÍN AFRACISENT ACUTADO DEVIRA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUNES ACUTADO ACUTADO DEVIRA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUNES ACUTADO DE ACU	170	chowers.	Appropriate the second			Brancia compar
CERTIFICO E DOU FÉ que intimel o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cindo dias, a contar desta data, para apresenta mbargos, tendo o mesmo RECUSADO RECUSADO de de 19 OFICIAL DE JUSTICA TOTA		n 4	CERTIDA	Mary of the case of the set of th	a the contract	and the separation of the second
CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresental mbargos, tendo o mesmo RECUSADO CONTRATÉ DE MECUSADO RECUSADO RECUSADO DE MECUSADO	. 45				the on many	
CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da penhora e avaliação referida o Auto retro, bem assim de que tem o prazo de (5) cinco dias, a contar desta data, para apresenta mbargos, tendo o mesmo RECURADO CONTRA 16. RECURADO	· ·	1	1 4 Laure		A strained	* **
OFICIAL DE JUSTICA BSERVAÇÃO:O NUMERARTO DIVISTA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO J			in terminal and a construction of the terminal and the terminal and the construction of the construction o	Na Pel F	do nonhora e av	, aliacão referida
Mbargos, tendo o mesmo RECUSADO- RECUSADO- DE CONTRA SERVAÇÃO: OFICIAL DE JUSTICA TOTAL DE JUSTICA RECUSADO- RECUS		•	*			
DESERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVIRA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO J	Auto retro, ben	n assim de que tem o p	razo de (5) cin	co dias, a cor	itar desta data, p	oara apresenta
OFICIAL DE JUSTICA EXECUTADO BSERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVERÁ CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO	nbargos, tendo o	o mesmoRECEBIDO	_contra fé 🂭	and the same of the same of		-
OFICIAL DE JUSTICA DE LA DISPOSIÇÃO DO JA ATURA APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JA ATURA APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JA				Physical about the		> _{use}
OFICIAL DE JUSTICA DEVISTA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUSTICA DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DE LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E LA CONTINUAR APLICADO E		~ 131 ¹⁶ 2 \$	•	•		u St. Pringe
OFICIAL DE JUSTICA DE LA DISPOSIÇÃO DO JOSE POR LA DISPOSIÇÃO DE LA DISPOSIÇÃO DO JOSE POR LA DISPOSIÇÃO DE LA DI		ile Al New	and the second second second second			de 19
BSERVAÇÃO: O NUMERÁRIO DEVIRA CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUNIO ALTURA		Exercise & or his	<u>ئىسى</u> را بودائارزىيە بادسىدىدىك «رۇرى		***	_40 10 -32 000-
BSERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVERÁ CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JUNIO ALTURA		وي يبعده دوره و سايم م سدومياني.	A procession and an appropriate to the	Arteria.	, B	nuncleages
BSERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVERÁ CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JU	مد بناگ بند 2 مد ب	l transference	a garanta a su a su a su a su a su a su a su a			
BSERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVERÁ CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JU	OFICIAL DE	ILISTICA:		209 405	EXECUTADO)a
BSERVAÇÃO: O NUMERÂRIO DEVERÁ CONTINUAR APLICADO E A DISPOSIÇÃO DO JU	· ON ONE Day		r lavrel d oraș	STATULATUR	in the second	"Al Quar
MATORIA MITTAL MATORIA		4. 24.			·1 ¥	n _t
TOFIC TO STATE ATOMIN A			A CONTINUA	R APLICAD	O E A DISPOS	sição do Ji
" ATOTAL ALMANDERS."		and the ball of the water that the state of	Minorpoor A			-
A C D. A COM . BANK LANDERS AND AND .	\${ **	DEICHALL	} ***			***
	24	ni arothi a	imaneers 🕺	the co		5/
			- Commercial and page and			785 - YU

PODER UDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
231 REGIÃO

18	J.C.J. de	CULABÁ (MR)	eīa kr	PROC.Nº	698	19 92
	2.7	OTUA MITO	DE PENHOR	A E AVAI	LIAÇÂO 📜	, DAY	ADT
دهد	ALC JI	kul el can	til - Dabis	प्रस्ता 🧦		a Contra	rasidente nast
r. et a	Aos " 🥱 "	<u>ma≃</u> dias≀dorm	ês de <u>rii Juli</u>	00		_do.ano.de	n 19 94
n 2 832 ⁵⁵	CREATE TO THE	DOAD - MIR	MOTA BANCO	DO BRA	STL S/A		compareci, em
cumprim	ento ao V. m	andado retro, r	assado a fav	or de RE	ANCISCA I	DE SOUZA	SILVA
			2.37		,contra <u>_C</u>	ramento da	importância de
	DE MATO	R0850 / C0	TRO MILL	Mer Diling	, para pa <u>;</u> , para pa <u>;</u>	A BRATS	TRINTA'B
CK2 Mars	CENTAVOS.	FFFF					
	• •	Carried Co.	iman tendo o	executed	o, no prazo	legal que lh	e foi max (),
conform	e certidão retro	efetuado o n	anamento ner	n garantir	ido a execu	cão, proced	i à penhora dos
seguinte	s bens, tudo p	arantia do	principal, juros	de mora,	correção mo	netana e cu	stas do referido
process		RM RSPECIE	PRICE PARTS	TER ARA	TXO BEBAC	CIONADAS	E COM.
اد حمایات	US BESDECA	マセナハロ マナルフ ハロヤ	PO DENIGO PO	nng:	, , ,,-,	•	
	- CONTA Nº	W.505-X	14 - 049 - 1	S (QUATR	O MIL, QI	PARENTA!	SHOVE REALS
		CHERRY DO.	4				
4	CONTA N	14 at 3-0-	281,55,21(LEMIO C	INQUENTA	REALS,	TINTE E THE
			TOTAL TOTAL	MINIATA	. CODEM	APOTO	LOGISTICO
	AB CONTAS PRODEAGRO		28, 003-0)	R' CONT	A CODEMA	r'CONTA'	RECEITA AD-
	PARTETION TW	IVA(CONTA I	10 14 505-	(), x, x,	XXX.		CALE X X
٤٠ د .	موردم حادث	લંકલા કિલ્લા કરતા	and obsides		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	1,5 4 4.0	7730
		द के कात्रकार स ्क	हाठ उउत्तर (स) ह	Ŧ	4	t ¿*	ווס געונה וכנית.
	<u> </u>		ر (د			4	
							किंद्र के त्रमुग्नामास्य
							
	1 2'	ye was professional and the second se	19 man market and and				
			The same of the sa				*
		* → =	and the second				
	Total da avalia	ção CR\$ 1/20	37	COUAT	RO MIL.	DUZENTOS	E QUATRO
REATS	T' APPATEUM	CRAPE CENT	AVOS.X.X.X	T'A	XXXX	ZOZIOZIOZI Occioo	To a how it
۱ ,	eita, assim, a	penhora, para	constar, lavrei	o present	e Auto, que	assino.	
+) O	KOTI IIII	a it oradia	TA WOOD AT	ω_{r} , i_{j}	Vilor	Carrier o O	OBSEKÇÎ
		•			<u> </u>	سلارات	
		•			/	DÉ JUSTI	_
			** च्यालेट	1774 177KA 1	ATOTA-OT.T	WETRA DE	AMORIM

JT - 2004.3



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 22 REGIÃO 10 JCJ de Guiabá (MT)

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

· processo #2698 / 92... 1

Acs 28 (VINTE E NOVE ,) dias do mês de	-
JULHO do ano de Mil Novecentos e NOVENTA E TRÊS , no (a)	
C.P.A.	
n cuaprimento ao r. Mandado expedido pelo NN. Juiz Presidente, na execução Nº 698 / 92.	
ontra: CIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
ara a cobrança da dívida de Noz\$ 100.602.205,52 (CEM MILHÕES,SEISCENTOS E	DO:
MIL, DUZENTOS E CINCO MIL CRUZEIROS E CENTAVOS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	
rocedi a PENHORA E AVALIAÇÃO dos bens a seguir enumerados: Noz\$	
UM VEÍCUTO FUSCA VW - ANO MOD FAB 1984 - COR BEGE - CHASSI	
FP 002263 - PLACA MT 0708 - SEPLANmestado de conservação e	•
funcionamento, que encontra-se na SEPLAN (CONTRATO DE COMODATO	
NO 5961), conforme laudo de avaliação efetuado pela empre PA-	•
TRIMONIAL DO BRASIL, LIVRO LOTE 01/VOL 01, que avalio em Cr\$150.000.000,00.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x	••
VALOR TOTAL - Nez\$ 150.900.000,00	
CENTO CINQUENTA MILHOES DE CRUZEIROS X X X X X X X X X X X X X X X X X X X	
Justica-Avaliador, lavrei o presente auto, que assino. SSALVAS: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	

T.R.T. 1.1.1216

AUTO DE DEPÓSITO

Após a lavratura do Auto de Penhora, fiz o depósito dos bens Penhora dos em mãos do Sr.(2). CARLOS AUGUSTO DE ARRUDA GOMES
Macionalidade: bras. Estado Civil: casado
Cart.Identidade Nº 127:695 Órgão-Exp.: SSP (MT) Data Exp.: / /
CPF: 043.867.601 / 72
Filiação: BENEDITO GOMES DA SILVA e
MARIA HELENA DE ARRUDA GOMES
residente nesta Comarca à: RUA GONÇATO GOMES NO 450 - bairro da MANGA,
VÁRZEA GRANDE (MT) .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x
o qual como FIEL DEPOSITÁRIO se obriga a não abrir mão dos mesmos, sem autori
zação do MM. Juiz Presidente da Junta, sob as penas da lei.
Feito, assim, o depósito, para constar, lavrei o presente Auto ,
que assino, juntamente com o Depositário.
Cuiaba , 29 de Julho de 1993 . OFICIAL DE JUSTIÇA DEPOSITARIO FERNANDA LUCIA OLIVEIRA DE AMORIM Barlos ct. ct. Gomes Diretor Presidente CODEMAT
CERTIDÃO
CERTIFICO E DOU FÉ que intimei o executado para ciência da PENHORA E AVALIAÇÃO referida no Auto retro, bem assim de que tem o prazo de 5 (CINCO) dias, a contar desta data, para apresentar embargos, tendo o mesmo RECEBIDO-RECUSADO CONTRAFÉ.
Cuiabá 29 de Julho de 19 93. OFICIAL DE JUSTIÇA DELOS MARGOS. Jones
OFICIAL DE JUSTIÇA Diretor Presidente CODEMAT OBSERVAÇÕES: X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

TERMO DE RESCISÃO: DO: CONTRATO: PEI TRABALHO

Dο	Dare no	erido amo	sees man	•
I W.V.		***	NO SOFTI ICIII	v
- 100		宝然 阿拉		•
3.5	3.00	*********	1700	
1		A 144		

_	···				
EDENTIFICAÇÃO	oo oo ahaa san ahaa ahaa ahaa ahaa ahaa ahaa	ENJS tol Uthzaco e cannoc	BU UIU 90 ANGRI 1237 ON BLESTIE		
ozi Empregador	CODEMAT		A caracter of the state of the		
04 Endereço	PALÁCIO PALAGUÁS	<u> </u>	प्राधि		7/10 B B B B B B B B B B B B B B B B B B B
<u> </u>	Baltro	Município CUIABÁ	- , with the type to the	MARK & PROPERTY &	essent of the land
og Banco	C P A			eventid.	
BEMA	T BOS () U E Regues, periodo de genega	RECOMMENDS TAX HISPORTS SEEM HUST	CONT.	MT MT
F)	KANCISCA DE SUUX	ar otra	THE REAL PROPERTY OF THE PARTY	,	· · · ·
1.011.961	.932.3	ar sistem ke sistem ke kanangan	The parties of the parties	PARTIES OF STREET	10 1 10 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
20 Malor remuneração 84.489.18	21 Aviso prévi		Cause afastamento OR DISPENSA SEM		mis/ 24 Col sague,
§	30 DAS VERBAS RESCISÓRIAS				
-	<u> </u>)—, <u> </u>	Valor store of the state of the	27 FOTGenulle: nescieu	
anos			50,693,58 vos às parceles objeto do saoua	Consignar os valora os ati	068 89 46 068 89 63 63 63 63 63 63 63 63 63 63 63 63 63
Aviso prévio	TRABALHADO	Comiseões	a competente navera constat do ve	TOTAL BRUTO	1A- 577 3-994413
	49.285739	horas	ar couper or the or or	OESCONTOS **	11
33 13 ⁹ sat, Inden. /12 avos		Gratificação		Previdência	34.344.87
36 Selário-tamilia dias);, <u>1</u>	37 Adicional igsalubri- dade/periculosidade	7	38 Previdência 13º sai,	
39 Férias vencidas	84.489,18	40 ABRIL (91	84.489.18	41 TRRE	8,350,09
42 Férias proporc. 42 /12 avos	28.163.08	43 MAIO/91	84.489,18	4 ODONTO	2 054 16
45 1/3 salário s/ téries	37.550,75 ^{1.3} ³	JUNHO/91	84.489,18	47 TIKE \$38803	2,954,16
48 Sel. maternidade	/0230 4	49 FGTS-mês resolsão/ mês antector	28.275,72	50 TOTAL LIQUIDO 1)	17.000.00
dias	io 52 Carimbo e assinatula	o empregado/propesto "	(00.6960.5	41	515_345_01 54 Impressão digital Responsável legal
		de Brotte Jamon	Odete Pinaciro de Silva	ruthedren 64 VIVS	ะสวร์งแรงชุญ เคลิญ
55 Assinatura do empre		CODEMAN	Chefe Setor Adm. Posteri		
Francis	-0 0	a Silve	-	in the Constitution of the section o	
56 Assinatura do respon			• • •	<i>!</i> !	
				<u>" 13 </u>	
RECIBO DO FGTS	Δ			Data raceptão pelo Banc	o,
57 Carimbo e assinatur	a autorizada da empresa	de Breits India	Ocote Pinheiro da Silva		
	Dis.	hdm. Fineweir	Chefe Setor Adm. Petroal — CCOEMET		
59 Sacador - Nome	ANCISCA DE SOUZA	STLAVA	 , 	60 Carlinbo (norma	da agência CSA/CEF - 47/74)
61 Velor do saque - Dep		Teção monetária ""	83 Total do saque		•
	Ţ		- C		1
64 Impressão digital Sacador	65 impressão Digital Responsável legal	66 Assinatura do sa	cador		*
	-	67 Assinatura do re	sponsável legal	——	
					<u> </u>
(REF. III 226 - 19		Autenticação			
T. T. T. T. T. T. T. T. T. T. T. T. T. T					1

Ten.... L. Les comanisées es proposes en la comparte del la comparte del la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la comparte de la compa

L - 1 9000	y C fighteur na finding in contractor au	progrador no signalia FG18.		فتدينها	
Сантро :	9 a 10 - Nome do ban co e respectiva	agancie cadastrados no alsterna FGTS.		<u> </u>	
***************************************	Todo the magnification	ĺ	·		
Campo	15 - Número de Identificação do em	pregado no alsa má FGTS.			
•	27 ^A -Data do evento.	<u> </u>	ř12		
	22 - Percentual a ser retido do sald	o da conta vinculada do EGTS, por determ	inação judicial.		
	23 y indicat, our extensor a causa tarino, eta.	populastaniento. Ex.: Dispensa som justa	r causa, pedido de demissão, extinção dá	emorêsa. (Biffilio de coot	rāto a
	The Particular of the Particul				
	- ferlito' dra'				
		na a familia do al as humanillo, de 200100 200	n aş kistrüçdes normaştyaş/Aperacionaks	da CEF.	
	Są - cogo de sadne so de socias bougen			da CEF.	
Campo Campo	24 - Código de Raque sorresponden 27 - Indicar o percentuaire o respec	tivo valor da meita rescisária, de acordo ao mes imediatamente anterior e ao da re	com as disposições legais vigentes.	F 250.17	
Campos Campos	25 - Codigo de Raque sorresponden 27 - Indicar o percentuaire o respec 39 - Valor do FGTS correspondente	tivo vaior da meita rescisória, de acordo o	com as disposições legais vigentes. escisão, caso não tenha sido efetuado o s	F 250.17	~ F
Campo Campo	- Codiço de sague sorresponden 27 - Indicar o percentuaire o respec 39 - Valor do FGTS correspondente 57 - Assinatura do representante de	tivo vaior da melta rescisória, de acordo o ao mês imediatamente antérior e ao da re	com as disposições legais vigentes. escisão, caso não tenha sido efetuado o s o ao banco domicílio do FGTS.	F 250.17	
Gampo Campo Campo Campo	- Codigo de sague sorresponden 27 - Indicar o percentuaire o respec 39 - Valor do FGTS correspondente 57 - Assinatura do representante de 58 - Carimbo-datador indicando o o	tivo vaior da melta rescisória, de acordo o ao mês imediatamente anterior e ao da re o empregador devidamente habilitado junt	com as disposições legais vigentes. escisão, caso não tenha sido efetuado o s o ao banco domicílio do FGTS. ecepção do documento.	eu recolhimento.	
Campo Campo Campo	- Codigo de sague sorresponden 27 - Indicar o percentuaire o respec 29 - Valor do FGTS correspondente 57 - Assinatura do representante do 58 - Carimbo datador Indicando o o 60 - Carimbo da agência (Norma: C nica.	tivo vaior da meita rescisória, de aconto o ao mês imediatamente anterior e ao da re o empregador devidamente habilitado junti ódigo CIEF do banco/agência e a data de m	com as disposições legais vigentes. scisão, caso não tenha sido efetuado o s o ao banco domicítio do FGTS. ecepção do documento. amento do saque que deverá coincidir co	eu recolhimento.	10024
Campo Campo Campo Campo Campo	- Codigo de sague sorrespondente 7 - Indicar o percentuaire o respec 89 - Valor do FGTS correspondente 67 - Assinatura do representante de 68 - Carimbo-datador Indicando o o 60 - Carimbo-da agência (Norma-C nica. 61, 62 e 63 - Consignar os valoras	tivo vaior da melta rescisória, de acordo o ao més imediatamente antérior é ao da re o empregador devidamente habilitado junt ódigo CIEF do banco/agência e a data de re SA/CIEF 47/74), indicando a data do pag	com as disposições legais vigentes. scisão, caso não tenha sido efetuado o s o ao banco domicílio do FGTS. ecepção do documento. amento do saque que deverá coincidir co	eu recolhimento.	10024

. Sudan et eu er p

RESSALVA

FICA RESSALVADO, NOS TERMOS DO TERMO ACITIVO FIRMADO EM 27/09/90. QUE ADITOU U

activities on Silva Chelmaeter Silas, Percon Die, Adm. fan nereing - TAMES DU ... EVCYO -do-- acerdo O preser ? com a lui. - 3. DE DADOS Cii. L SINDICATE 5080

Richtle de Proposition

٤١.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

00 Para eso do processamento

IDENTIFICAÇÃO	4 . Ann
CODEMAT CODEMAT	#32
O4 Endereço	LESIADO
PALACIO PALAGUAS OF CEP OF Bairro OF Município OF UF OF OF OF OF OF OF OF OF OF	
78000 C P A CUIABA MT .otneve on Call Associates	oʻ
9 Banco _ 10 Agência/UF 11 Câd Agência ou coute les elementes elem	<u>й</u> т,
12 Empresad (Lemino de contra de la contra del la contra de la contra de la contra del la contra del la contra de la contra de la contra de la contra de la contra del la contra de la contra de la contra del la contra de la contra de la contra de la contra de la contra de la contra del la cont	TM ,
PRANCISCA DE SOUZA SILVA 14 PIS/PASEP 14 DIZ 961-932-3 15 Children and a section of the process of the proce	ale stament
20 Malor remuneração 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 21 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 23 Causa afastamento 24 Aviso prévio 22 Pera Alim 23 Causa afastamento 25 Pera Alim 23 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim 25 Causa afastamento 25 Pera Alim	
TIMURAÇÃO/RECIBO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	·
20 4 0 1 Valorerus et augus 100 repromos tre 20 Saldo desalfidos en a Valorado de processo de la composición del composición de la composición de la composición del composición de la composición del composición de la composición de la composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición del composición	
= anos	
Aviso, previo TRABALHADO Comissões TOTAL BRUTO Comissões TOTAL BRUTO A -5.7.7340004	
31 13° salário 7 /12 avos 49°, 295°759°°° 32 Horas extras	
33 13º sal. Inden. 34 Gratificação Previdência	
38 Saiário-tamítia 37 Adicional trisalubri-	.87
dias dade/pericutosidade Previdência 13º sal.	
S4.489,18 40 ABRT1 91 1 TRRE 11 TRRE 12 ABRT1 91 13 ABRT1 91 13 ABRT1 91 14 TRRE 14 TRRE 15 ABRT1 91 15 AB	,09
42 Férias proporc. 28 163 08 43 MATO/91 84 489 18 44 ODONTO (1)	16
45 1/3 salário s	
48 Sal. maternidade 1997 49 FGTS-mes resolator 50 TGTAL LIQUIDO:	,00
Glas 515.345	.01
je homologação 52 Carimbo e assinatula do empregado//preposto Contra la la la la la la la la la la la la la	el legal
die, Adm. Financeiro Chefe Setor Adm. Pescent	
55 Assinatura do empregado	
Francisca de Siousa Sulva.	
So Assinatura un respunsaven regal	
	· · · ·
UECIDO DO 1818	-
57 Carimbo e assinatura autorizada da empresa	
Die. Adm. Finappeirs Chofe Setor Adm. Possoal	
GODEMAT — GCDEMAT — 59 Sacador - Nome FRANCISCA DE SOUZA STIVA GO Carimbo da apência (norma CSA/CIEF - 47/74)	
FRANCISCA DE SOUZA SILVA (norma CSA/CIEF-47/74)	
61 Valor do saque - Depósitos e correção monetaria es Total do saque	
64 Impressão digital 65 Impressão Digital 66 Assinatura do sacador	
Sacador Responsávet legal	
67 Assinatura do responsável legal	
Autenticação	

Campo 1 - Can ord () . [Original States	THE RESIDENCE OF THE LOCAL PROPERTY.				
CELL SAMORE LEGICAL	Marito del Campos 2 T 4 1	REPUTATION TO MSS, INCHA OF CIC. OF	ando for Utilizado o carimbo do CGC, o es	npregador fica dispensado	-erq ob
→ ♥ 1000 tl.(1)	क्र वर्षा विवासी त्यादाकरक स्त्रीक	regazior no signate (G) S.		·	moregador
Campo-9 e 10 - No	me do banco e respectiva a	cancia cadastrados no sistema FGTS.		con.	ivaniquioit.
MANUAL PLONING ES ADD	o the Magnets Micada	मेर्ट campo 10.	*. *	ICALa	озетесь
	ero de identificação do empi		Julianum		
Campo 2t A - Bath			. 35	f	
Gampo 22 a Perc	entual a ser retido do saldo d	da conta villiculada do EGTS, por deten	ninação judicial.		
	- Addition	:	ta causa, pedido de demissão, extinção d	is eminess tavimus sa sun	feets Service
				TELLICIES	nem desev
	- Lunuari	i	ur's prantices communication stationer	& GEF.	S PASEP
Campo 27 - Indic	er o percentualre d respectiv	ro valor da melta rescisória, de acordo	com as disposições legals vigentes.		36.110
	::		rescisão, caso não tenha sido efetuado o	seu recolhimento.	5759H4799 ****
Campo 57 - Assir	natura do representante do e	empregador devidamente fiabilitado jun	to ao banco domicílio do FGTS.~ * -		• •
Campo 58 - Carin	nbo-datador indicando o cód	igo CIEF do banco/agência e a data de :	recepção do documento.	े राज्ये V एका दशक्षी	HARA TANA
Campo 60 - Carle nica.	nbo da agência (NormaliGSA	VCIEF 47/74), indicando a data do pa	gamento do saque que deverá colocidir c	om a data da autenticação :	me
		ativos às percelas objeto do saque.			-yn#
	TOTAL BRUT	iade competente deverá constar no ver	Comissoe	TRABALHAL	olvána nevi
			serve pereid col		Curêles Y
ų-	- oz certibos es et at leskore	n set freememens ham embredsnot ex	ou Orgão homologador. Os demais pelo bi	anco pagaçop, do FGTS.	
			~		,
• •		RESSAL	∇ A - ~-	****	"
	FILE RESSALVADO, NO	S TERMOS DO TERMO ADITIVO PIRME	AND EM 27/09/90. QUE ADITOU C L'ESTIÇA DO TRABALHO A REPOSI- FIZENTE A ABRIL/91; CRESCIMENTO CONTROL OF ANTONIO DE 6,09%		
	ACT FIRMANO CON POP		P.321116 DE 6.090/2	-	
	PEAL DOS SALÁRIUS	The state of the s	PRESENT A ABELLY FIFTY OR DE 6,09% 1 D SALÁLID KÍMMO DE 6,09% 11 DE 100 % IANTRO, FEVERERO, 2 C 7 0 % ASSIM COMO MROS E 2 C 7 0 % ASSIM COMO MROS E 2 C 7 0 % ASSIM COMO MROS E	* 4 * **	
	COSSEZAGUACAIL	"" and the to be 12 here	ACRIA DATA E AINGA	37	
٠. •	CORRECÃO MONETARI	A STREET OF CATALOG LA LINE Y	PACO: HESTA DATA, E. AINDA TATALO CONCIDON E. ART. J. DA CONTRACTOR CORRIGIDA DESDE A DO FEETIVO PAGAMENTO.		
	WILLY AKEAISIN WA	ne sersa chia gricalia a la s	EATH O CERCISON AREA DESDE A COMMA DESDE A COMMA CORRIGIDA DESDE A COMMA DO CATA DO CA	<u>.</u> .	· 25
	DATA DO INVOJUNETE	highly he was Comment and	a man the feet was an angle of the feet of	88.4	un in
	9	week of the land of the	an age of the second se	,	T.
			man stiller egas sait als Apagyist		٦
		Onche and Color Person - VC 3EMAT -	Die, Adm. I inenseine.		,
			Die Adm. Linenschut.		, and a second s
			Park Admi. Linearchine.		
	O prese	- TAMECON	Die Adm. Linenschut.		
	con a	Ti:	GAÇÃO de acordo		
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:	val jundinimase	-
	con a Cui	TI.	GAÇÃO de acordo	val jundbinoae	- -
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:	val jundinimae	-
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:	ong Journape	-
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:		-
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:	on promonent	-
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:	val junifiniume	-
	cont a Cui	TI.	CACAO de acordo:		-
	cont a Cui	TI.	FAÇAO CO DE DADOS 10050		- '31' . '3.